

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA**

**27 DE JUNHO DE 2011**

No dia 27 de Junho, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- ACTAS – Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 29 de Abril de 2011.
- 2- PÚBLICO – 1.º Período de Intervenção.
- 3- Período de Antes da Ordem do Dia.
- 4- Período da Ordem do Dia:
  - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
  - 4.2- Empréstimo ao Banco Europeu de Investimentos – QREN-EQ;
  - 4.3- Denúncia do Contrato de Execução com o Ministério da Educação, a produzir efeitos a 01/01/2012
- 5- Outros Assuntos de Interesse para o Município.
- 6- PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.

**Constituição da Mesa:**

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.ºSECRETÁRIO.....	Rui Fernando Moreira Magalhães
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

**Verificação de presenças:**

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 46 presenças, pelo que o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 61 membros no decorrer da sessão.

**Membros em falta:**

Elina Marlene Sousa Fraga, Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa, Adérito Joaquim Ferro Pires, Fernando dos Reis Mesquita, Carla Sofia Caldeira Manuel de Sousa, Matilde Isabel Antunes Machado, Maria João da Costa Felgueiras Caseiro, Vasco Aníbal Saldanha, Vera Cristina Quintela Pires Preto, Clara Maria Assunção Quental Silva, Ricardo Jorge Ribeiro Pinto, Armindo José Esteves, Amílcar Manuel Silva, Maria da Piedade Trigo, Mário Augusto e Hernâni Augusto Lopes.

**Justificação de Faltas:**

- Adérito Joaquim Ferro Pires: sessão de 27 de Junho de 2011.
- José Maria Faustino da Cunha: sessão de 27 de Junho de 2011.
- Vasco Aníbal Saldanha: sessão de 27 de Junho de 2011.
- Vera Cristina Quintela Pires Preto: sessão de 27 de Junho de 2011.

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, José Maria Lopes Silvano, e os vereadores, Maria da Graça Faria Calejo Pires, José Assunção Lopes Maçaira e João Maria Casado Figueiredo.

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.**

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Bom dia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caro colega Humberto Cordeiro, Srs. Deputados Municipais, público aqui presente.

Vamos então dar início à sessão da Assembleia Municipal de 27 de Junho, cuja ordem de trabalho vos foi distribuída previamente.

Começando antes mesmo do Período de Antes da Ordem do Dia com a informação sobre correspondência.

Desta vez não receberam qualquer folheto ou listagem da correspondência recebida e enviada na medida em que ela era tão reduzida que nós entendemos que não valeria a pena efectuar esse documento.

Queria também informar que houve alguns deputados municipais que justificaram previamente a sua falta a esta sessão, nomeadamente o deputado José Faustino da Cunha, que foi substituído pela deputada Fátima Santos (eu não sei se está cá, mas ela foi devidamente convocada).

Temos outro pedido de substituição à Assembleia Municipal da deputada Vera Cristina Pires Preto que foi substituída pela deputada Clara Quental que, tanto quanto eu sei, infelizmente também não vai poder estar aqui presente, por razões de saúde.

Justificaram a sua falta: Vasco Saldanha e Maria João Felgueiras Caseiro.

Para terminar, informou a Mesa da Assembleia Municipal a Vereadora Júlia Rodrigues a justificar a sua ausência, também por motivos de saúde, e pediu que essa justificação fosse dada a conhecer à Mesa da Assembleia, ao Executivo Municipal, Presidentes de Junta e todos os deputados municipais.

A Mesa, e penso que todos nós, deseja à Vereadora Júlia Rodrigues que se restabeleça rapidamente dos seus problemas de saúde.

Passemos então ao Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos:

**PONTO 1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 29 de Abril de 2011.**

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Está aberto o período para inscrições.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo.

É só para dizer que na página 26 da acta, eu faço uma intervenção que é atribuída ao “Deputado Municipal António Figueiredo (PS)”. Já me perguntaram aí fora se eu mudei para o PS. Queria que banissem isso dessa folha porque é uma folha ingrata.

**Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:**

É facilmente corrigido.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Há outra situação que eu tenho para mencionar que é na página 27: quando se diz “a Sr.ª deputada” deve dizer-se “a Sr.ª vereadora”. Também no último parágrafo, é de referir que era “isto e que era aquilo” e não o que lá está escrito “aqueleoutro” e concordo plenamente “tirar nisto”. Essas situações só não ficam legíveis em termos de português.

Uma outra situação é na página 45 nos Outros Assuntos em que eu digo “para mim é um acto de pura demagogia, uma finta sem derivo, diz aqui. Não é “derivo” é “drivo”.

É tudo quanto tenho a rectificar em termos de acta.

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Sr. deputado, muito obrigado. Serão efectuadas as devidas correcções. Deputado Carlos Fraga, faça o favor de usar da palavra.

**Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):**

Bom dia Srs. Secretários da Mesa e bom dia Srs. deputados.

É para chamar a atenção para a página n.º 16. Na minha intervenção, logo no início, foi transcrito, naturalmente que aquando da minha intervenção e dado o improvisado, por vezes não conseguimos expressar genuinamente aquilo que pretendemos dizer mas de qualquer maneira quem transcreve tudo que aqui foi dito tem que ter esta atenção e um sexto sentido para aquilo que queremos interpretar.

Quando eu cumprimento o Sr. Presidente, Srs. Deputados, como manda o Regulamento e é verdade, disse: somos naturalmente, sempre “Presidentes de Junta”. Eu admito que possa ter dito isto mas não é correcto porque não sou Presidente de Junta. O que eu quis dizer é que quer os Presidentes de Junta quer os outros Deputados Municipais que são eleitos directamente são todos por mim considerados verdadeiramente deputados municipais por igual, nem de primeira, nem de segunda.

Ou seja, pedia ao Sr. Secretário que fosse alterado desta forma: “saúdo naturalmente, os Srs. Presidentes de Junta e os eleitos directamente pois somos todos deputados municipais”.

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Sem dúvida que assim fica melhor mas penso que quem lê não fica com dúvidas. Eu não fiquei com dúvidas. De facto o que o deputado quis dizer é que nós somos ou Presidentes de Junta ou eleitos directamente e quer numa qualidade quer noutra somos todos deputados municipais.

Penso que não há mais inscrições, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

O resultado da votação é o seguinte:

A favor, 44

Abstenções, 2

A acta foi aprovada por maioria.

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária de 29 de Abril de 2011.**

**Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):**

Muito obrigado Sr. Presidente e Srs. Deputados. É apenas para uma breve declaração de voto.

Eu infelizmente, por razões profissionais, não tive oportunidade de estar na última Assembleia Municipal. Foi uma circunstância que surgiu à última hora e não me permitiu justificar antecipadamente essa situação e por isso não tive oportunidade de acompanhar os trabalhos e, portanto, não posso, em verdadeira fé, votar esta acta. Também não tive oportunidade de ler a acta e não sei o que terá sido dito e a correspondência com o que está na acta e daí a razão de me ter absterido.

**PONTO 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Não havendo mais intervenções neste ponto, vamos então ao primeiro período de intervenção aberto ao Público. Não sei se há algum munícipe que queira intervir neste ponto. Penso que não. Vamos dar 15 segundos. Está esgotado o tempo. Vamos passar ao Período de Antes da Ordem do Dia.

**PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Estão abertas as inscrições. Relembro aqui que temos neste período 60 minutos de intervenção que vão ser rateados por todos os deputados e, caso o plenário o autorize, poderemos ter mais 30 minutos.

Estão inscritos: Pedro Fonseca, Carlos Fraga, Rita Messias, Paulo Pinto, Marisa Aranda, António Figueiredo e Baltazar Aguiar. Dá mais ou menos 8 minutos para cada um. Vai intervir Pedro Fonseca.

**Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):**

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal ou o substituto, Sr. Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, público em geral e comunicação social.

Como todos devem saber, a principal razão para eu estar aqui, já há 3 sessões seguidas, foi a deterioração galopante da saúde do Dr. Pilão e o seu posterior e precoce falecimento.

Para quem teve a oportunidade, como eu tive, de ter privado com ele em vida, rápido se apercebeu da dimensão da sua personalidade vincada e astuta, sempre na defesa dos mais oprimidos e das suas justas causas.

Advogado de profissão e camarada por convicção, cedo resolveu passar grande parte da sua vida a defender os trabalhadores, sempre na luta pela justiça.

O Dr. Pilão contribuiu indiscutivelmente para o bom e tão saudável debate de ideias, tanto nesta Assembleia onde foi honrosamente eleito pela CDU, como na sociedade local e nacional.

É com enorme mágoa que recordamos o seu desaparecimento mas ao mesmo tempo alegra-nos saber que este Homem participou activamente na democracia e se bateu por ela.

Meus senhores, são Homens assim que fazem despertar consciências e a vontade de alcançar um futuro melhor, porque Sim..., Sim é possível dignificar a política.

Pensei em pedir um minuto de silêncio a esta assembleia mas se não for muito incómodo preferia presentear a memória do Dr. Pilão com um Aplauso....

Exm.º. Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

1 - Esta Assembleia realiza-se numa nova situação política, a que alguns chamam de novo ciclo. Depois das eleições da Assembleia da República, no dia 05, onde o PS sofreu uma profunda derrota política e eleitoral, não se pode falar de um novo ciclo, não só porque Sócrates era um liberal puro e duro mas porque o Passos Coelho é um ultra liberal. São ambos fiéis servidores do capitalismo selvagem, desumano e sem pátria.

Em democracia, quem ganha é que governa, portanto, não está em causa a legitimidade do PSD e do CDS governarem ou desgovernarem o país, em resultado do resultado eleitoral conhecido. O que poderá estar em causa é se o novo governo não respeitar a Constituição da República Portuguesa e os direitos nela consagrados.

É por isso que face ao anúncio do novo governo e à divulgação pública do acordo político entre PS e CDS considero oportuno dizer o seguinte:

A gravidade da situação que o país enfrenta e a perspectiva do seu agravamento reclama não a continuidade da política de desastre nacional caracterizada pelo anterior governo PS mas a sua substituição por uma outra política patriótica e de esquerda que responda aos problemas dos trabalhadores, do povo e do país. Não é essa, contudo, a intenção do novo governo que identificando-se com os interesses dos grupos económicos e financeiros se prepara para levar por diante, embrulhadas em palavras ocas e de preocupação social, o programa de submissão e agressão externa que o PSD, o PS e CDS/PP assumiram com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

2 - A composição do governo representa a continuação e o aprofundamento de um programa de uma prática que ao longo dos últimos 35 anos teve nos direitos dos trabalhadores e do povo, na soberania e independência nacional, no regime democrático consagrado na Constituição da República, um alvo a abater.

Uma equipa e uma estrutura construída para levar por diante a nova fase da política de direita, com mais exploração, facilitação dos despedimentos e fragilização dos direitos dos trabalhadores. Ataque aos serviços públicos, à saúde, à educação, à cultura e desporto. Privatizações, cortes nos salários e pensões, liquidação da produção nacional e agravamento da submissão aos interesses do grande capital e das potências na União Europeia.

3 - A exigência de uma política alternativa ganha mais importância a cada dia que passa. Uma política que, tal como o PCP propõe, aumente os salários e pensões, combata a precariedade e o desemprego, defenda e promova a produção nacional e o crescimento económico, assegure a renegociação da dívida pública, tribute os lucros da banca e dos grupos económicos, combata a especulação financeira, reforce o sector empresarial do Estado e os Serviços Públicos, afirme Portugal como um país independente e soberano. Uma política alternativa e de esquerda que terá na intervenção do PCP e da CDU e na luta dos trabalhadores e das populações uma resposta firme e combativa aos tempos difíceis que o novo governo pretende impor.

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Pode usar da palavra o deputado Carlos Fraga.

**Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):**

Novamente muito bom dia Sr. Presidente, hoje por inerência e Sr. Secretário Cordeiro, todos os Srs. Deputados e saúdo o Sr. Presidente do Executivo e os Srs. Vereadores, Municípes e Comunicação Social.

Seguindo o Regimento desta Assembleia, no art.º 18º, vou fazer uma intervenção de abrangência política embora nesse art.º 18º, o ponto n.º 2, destinado ao Período Antes da Ordem do Dia diz que se destina ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o município.

Eu não queria que futuramente algum deputado municipal viesse a entender, quando neste período eu vier a intervir, que estou a misturar alhos com bugalhos. Está escrito no Regimento e é assim que eu sei interpretar. Passo à minha intervenção que tem um contexto político.

O passado dia 05 de Junho ditou um novo governo para Portugal e um novo Primeiro-ministro para todos os portugueses. A democracia, não sendo um regime perfeito, é todavia um modelo que mais se aproxima da perfeição.

Como cidadão independente e na qualidade de Mirandense de gema, saúdo nesta Assembleia as sensibilidades e afinidades político-partidárias locais que contribuíram na sua quota para a eleição do Dr. Passos Coelho, actual Primeiro-ministro de Portugal.

Como o tempo é o melhor conselheiro, a história dirá a todos nós um dia se valeu a pena este ciclo que se criou na política portuguesa.

Dizia-nos ainda há poucos dias em conversa pessoal um amigo nosso e conceituado homem da cultura e da saúde da cidade do Porto, que já esteve aqui presente como convidado neste auditório, que as pessoas estão a viver uma euforia, cuja expectativa poderá ser demasiadamente perigosa, tal o grau de dificuldade que o país atravessa. De seu nome "Professor Carlos Mota Cardoso", entende ele, tal como eu, que quando um país está gravemente doente todos somos poucos para ajudar na sua cura.

Infelizmente alguns auto-excluíram-se antecipadamente em contribuir com algum remédio que pudesse acudir ao país nesta situação. Cada um responderá pelas suas responsabilidades.

Na realidade, o País é pequeno para alguns, embora a Pátria seja grande para todos.

No rescaldo das eleições legislativas do passado dia 05 de Julho, esperamos que os cidadãos do Distrito de Bragança sejam vistos como pessoas e não como números.

Apraz-nos registar as palavras da segunda figura do Estado Português, a primeira mulher a ser eleita para o cargo por 81% dos votos dos Srs. Deputados, para o cargo de Presidente da Assembleia da República.

De seu nome "Dr.ª Maria da Assunção Andrade Esteves", prestigiada jurista, natural do nosso vizinho distrito de Vila Real e, em particular, daqui bem perto, da vizinha cidade de Valpaços, que após a eleição disse e passo a citar "Acredito na esperança, esperança dos que contam connosco para se reconciliar com a política e ainda a esperança dos mais fracos, que nem conseguem ir votar", fim de citação.

Olhando para Mirandela e para o nosso Distrito, oxalá seja conseguido esse objectivo, nomeadamente a reconciliação de aproximar eleitores e eleitos.

Há que reflectir sobre os números da abstenção, ou será que o número de 50,87% de não votantes no distrito nada significa para algum de nós?

Quanto aos três deputados eleitos pelo círculo de Bragança, queria dizer, é minha opinião, que Mirandela também não saiu feliz. É demasiado penoso que o segundo maior concelho do distrito não consiga ter tido a força suficiente para na última década eleger qualquer deputado natural ou residente neste concelho para o Parlamento.

Preocupados com esta falta de afirmação, talvez nos reste o consolo, do mal o menos, de o independente jornalista e escritor Francisco José Viegas, agora Secretário de Estado da Cultura, poder vir futuramente a ter o mérito de conseguir através (esperamos que breve) da auto-estrada transmontana fazer um eixo de criatividade real e de reivindicações justas, nas quais transporte os nossos ensejos e as nossas reivindicações até S. Bento, em Belém, ou seja, os nossos reais interesses de todos os transmontanos do Distrito e dos Mirandelenses em particular.

Quanto a Adão Silva e a Maria José Moreno, ao que penso, não vejo pedalada suficiente para lá chegarem. Contudo, o benefício da dúvida ficará da minha parte no ar.

Já quanto a Mota Andrade, Mirandela - sem ofensa para a Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Mirandela - disse pelos números, basta, ou seja "persona não grata", ou seja, nem de mota, nem de vespa, nem tão pouco de bicicleta, ele jamais nos consegue representar.

#### **Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD):**

Bom dia Srs. Secretários da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, respectivos Vereadores, Srs. Membros das Assembleia e Público presente.

Renovada a confiança com a eleição dia 05 de Outubro de um novo Governo com a tomada de posse de um vasto número de personalidades de currículo invejável, o novo Governo vai trabalhar sob o espectro e o plano da troika.

Além da dívida externa, tem a responsabilidade de reduzir o défice público de 9.1 do PIB em 2010, para 5.9 já em 2011, para 4.5 em 2012 e 3% em 2013, além de ter a necessidade de arrecadar 3.500 milhões de receitas fiscais.

O pacto de confiança que o Sr. Primeiro-Ministro pediu no acto de posse, permita que neste contexto político social adverso, haja no que diz respeito a esta região e naquilo que desempenhamos enquanto autarcas e membros desta Assembleia, haja municipalismo, a bem das gentes, das empresas e das instituições do Nordeste Transmontano.

Fraseando um, antigo Presidente da República: que haja vida para lá da troika.

Que haja vida para lá da troika na perspectiva da criação de políticas discriminativas positivas a favor desta região.

Sinalizamos a importância do municipalismo através das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia pela sua capacidade de políticas de proximidade junto das suas populações e daqueles que mais desfavorecidos estão.

Que haja políticas positivas no que tem a ver verdadeiramente com os seus anseios e preocupações, que haja políticas discriminativas positivas a favor duma região que por si só é das mais pobres da Comunidade Europeia.

Que haja verdadeiras políticas de coesão social num contexto adverso, que como melhor exemplo do que já podemos encontrar, os tais ditos 15 milhões de Euros de fundos comunitários antecipados a favor de um conjunto de projectos e que esta região bem precisa.

O municipalismo valorizou-se a partir de 1976, representa um pólo de desenvolvimento junto das regiões mais distantes do poder central e que através de políticas de coesão, neste contexto adverso, político social, o municipalismo seja efectivo na resolução dos problemas e na diminuição de assimetrias entre povos do interior e regiões do litoral.

**Deputada Municipal Marisa Aranda (CDS/PP):**

Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, Srs. Secretários da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Sr.ª s e Srs. Vereadores da Câmara Municipal, Sr.ª s e Srs. Membros da Assembleia Municipal de Mirandela.

Pode ler-se na acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mirandela de 06 de Junho de 2011 que o espaço destinado a bar no edifício da Central de Camionagem de Mirandela foi objecto de concurso para atribuição do direito de ocupação e exploração.

De facto, a adjudicação em resultado desse concurso foi atribuída ao Sr. José Henrique Costa, em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mirandela de 23/05/1997.

Para além disso, o Executivo Municipal afirma ainda (e espantem!) «*Acontece que foi recentemente constatada a falta de celebração de contrato escrito no decurso da adjudicação do direito de ocupação e exploração do espaço. No entanto, há uma relação de facto e de direito que importa regularizar*».

Assim, podemos verificar que, só após compulsados os documentos necessários para a apresentação e posterior aprovação do acordo de regularização da dívida é que o Executivo Municipal se apercebe da inexistência/falta de celebração de contrato escrito!

Estamos a falar de 14 anos!

Sucedem, porém, que o regime jurídico dos contratos administrativos é constituído quer por normas que conferem prerrogativas especiais de autoridade à Administração Pública quer por normas que impõe à Administração Pública especiais deveres ou sujeições que não têm paralelo no regime dos contratos de direito privado. Ou seja, estamos perante regras que versam sobre os elementos essenciais do contrato administrativo, por exemplo a competência para contratar e estando a escolha dos particulares sujeita a normas muito restritas.

Ora, constata-se no enquadramento que o Executivo Municipal faz deste assunto que o espaço destinado a Bar no Edifício da central de Camionagem de Mirandela foi objecto de concurso para atribuição do direito de ocupação e exploração, propondo-se, agora, celebrar um contrato de concessão com as condições presentes à data da concessão, isto é, de acordo com as cláusulas do programa de concurso existente à época, de forma a regularizar esta situação

No entanto, eu tenho dúvidas que tão ambicionada e, só agora, urgente regularização, seja possível.

Senão vejamos:

1.º À presente data e em rigor, não sabemos se o referido concurso público ocorreu, ou não, uma vez que o Executivo não nos dá a conhecer quer o programa de concurso quer o caderno de encargos;

2- Também à presente data, não sabemos se foram cumpridos os requisitos do Código de Procedimento Administrativo;

3- Não sabemos igualmente qual foi o prazo para a celebração do contrato e contado a partir de que data, bem como não conhecemos os critérios de adjudicação, a data em que decorreu o concurso público, a informação do valor da renda consignado no caderno de encargos e, para além disso, se além do pagamento da renda o caderno de encargos estabelecia ou não outras obrigações e se sim, quais!

Assim, Sr. Presidente, face ao exposto pergunto-lhe:

1- Qual a data que vai figurar no contrato agora celebrado por escrito? 1997? 2011? Por aquilo que vi na acta parece que vai figurar a data de 2011. Então e os anos para trás, o que é que lhe fazemos, metemo-los na gaveta?

2- Qual a razão de ser deste prazo de 10 dias concedido ao interessado para vir manifestar a sua anuência por escrito? Do meu ponto de vista o prazo não faz qualquer sentido pois não temos conhecimento dos termos do acordo celebrado! E depois pergunto: na altura do concurso público não devia ter sido já manifestada a posição do interessado?

3- Afinal, ficamos na conclusão de um concurso público, ou não?

4- O que faz com que a Câmara Municipal demore 14 anos a perceber que não existe um contrato deduzido a escrito, vindo agora dizer, de uma forma tão simples que até parece verdade, que há uma razão de facto e de direito que importa regularizar.

Diga-me Sr. Presidente,

5- Que sentido faz celebrar agora um contrato com quem não cumpriu durante 14 anos?

6- Porque não faz o que o bom senso manda e abre novo concurso?

7- Será que o contrato que o Sr. teima em manter não terá já caducado? Tenho dúvidas...

Ou seja, Sr. Presidente, o desleixo com que esta Câmara tratou este assunto é extensivo a outras matérias do município?

De facto, a falta de rigor e de organização desta Câmara é verdadeiramente assustadora! Estamos a falar de receitas públicas!

Agora compreendo porque é que as contas da Câmara estão em descalabro total! E porque é que os Srs. Juizes Conselheiros do Venerando Tribunal de Contas manifestam também as suas dúvidas relativamente a estas contas!

De facto, que garantias tem a Câmara e que garantias nos podem dar que vai pagar quem até à presente data não pagou.

Será que a Câmara Municipal de Mirandela tem agora a preocupação de celebrar um contrato por escrito porque o interessado, apercebendo-se da inexistência dele, se recusa a pagar?

Pergunto-lhe ainda se no caso do Flor de Sal há contrato escrito ou também se esqueceram de o redigir? Se sim, porque ainda não accionou a Câmara Municipal a responsabilidade por incumprimento? Vai esperar também 14 anos?

Sabe Sr. Presidente, o que eu verdadeiramente não compreendo é que um Presidente que tanto prometeu prefira “cortar” apoios a instituições, às associações sem fins lucrativos, à associação comercial, ao nosso clube, às nossas freguesias, em vez de diligenciar no sentido de cobrar receitas do município!

O que eu não compreendo é que um Município tenha de pagar 20,00 € por requerer uma simples licença no Gabinete de Apoio ao Município e esta Câmara opte pelo estrangulamento da recuperação das receitas públicas.

Não é possível que a Assembleia Municipal ignore ou fique indiferente a esta má gestão financeira da Câmara Municipal, atrevo-me mesmo a dizer, que fique indiferente à gestão negligente deste Executivo Municipal.

**Deputada Municipal Rita Messias (PS):**

Exm.º s. Srs. Secretários, Exm.º Sr. Presidente da Câmara, Sr.ª Vereadora e Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Sr.ª s. Deputadas, Srs. Municípes, muito bom dia a todos.

A propósito da recente polémica sobre o reconhecimento e validação e certificação de competências, eu queria trazer para esta Assembleia um Relatório produzido pela Direcção-Geral de Educação e Cultura da Comissão Europeia e lembrar que as questões ligadas ao reconhecimento de competências, são questões não só nacionais, mas também internacionais.

Lembrar também que o mercado e as empresas há muito que valorizam e reconhecem o valor da experiência. E nos tempos que correm, tempos de grandes mudanças e grandes aprendizagens, é justo também, que a escola reconheça essas aprendizagens.

É verdade que todos os sistemas não são perfeitos e há sempre necessidade de evoluir e de melhorar. De qualquer forma, gostava de partilhar aqui nesta Assembleia este estudo da Direcção-Geral de Educação e Cultura, da Comissão Europeia, disponibilizado na Internet, em que Portugal é um dos cinco países classificados na escala mais elevada alta, no que respeita ao nível de desenvolvimento, em matéria de validação de aprendizagens não formais e informais.

A par de Portugal, ocupa esta posição a Finlândia, a França, a Holanda e a Noruega.

Com respeito ao nosso país, esta posição deve-se ao desenvolvimento do sistema nacional de reconhecimento, validação e certificação de competências, no âmbito das políticas de redução do défice, da qualificação da população adulta, levada a cabo pela iniciativa Novas Oportunidades, lançada em 2005.

O Relatório refere o facto do Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências ter sido criado em Portugal, em 2001, representando agora uma parte importante das medidas implementadas, tendo em atenção o cumprimento dos objectivos estabelecidos pela iniciativa Novas Oportunidades, designadamente o aumento do nível da qualificação da população portuguesa, até ao 12.º Ano de escolaridade.

Esta publicação avaliou o estado da arte, da implementação de medidas e políticas de validação de aprendizagens informais e não formais, em 34 países, sendo acompanhado por relatórios individuais, da responsabilidade do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional, o Cedefop, a cada um desses países.

Na classificação mais elevada da escala, foram incluídos países com práticas estabilizadas nos domínios da validação de conhecimentos obtidos em contextos informais e não formais, na maioria dos sectores de aprendizagens e com o quadro nacional legislativo significativo nesta matéria.

Abaixo de Portugal, na categoria seguinte, médio alto, foram posicionados países como a Dinamarca, a Alemanha, a Roménia, Espanha, Suécia e Reino Unido.

A tabela previu ainda as classificações de médio baixo e baixo.

Para mais informações sobre esta publicação ou para leitura integral dos relatórios de cada país, está disponível em [www.cdfop.europa.eu](http://www.cdfop.europa.eu).

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia ou quem o represente, Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal e restantes membros do Executivo, Exm.º s Srs. Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social.

Eu não era para fazer isto, mas ó Sr.ª deputada Marisa Aranda a sua dialéctica está virada para um tipo de tribunal inquisitorial. Eu penso que a Câmara também tem juristas e tem juristas com dignidade e seriedade. Eu acho que a Câmara faz aquilo que tem a fazer, através de informação de juristas e o tribunal é que decide, não é a deputada Marisa Aranda que vem aqui com a sua dialéctica a contestar tudo o que vem numa acta e, portanto, ficamos por aqui, eu não vou dizer mais nada.

Eu falei aqui em relação às Novas Oportunidades na última Assembleia Municipal e a Sr.ª deputada Rita Messias veio aqui mencionar também as Novas Oportunidades.

Há Novas Oportunidades e Novas Oportunidades, eu também as conheço. E relatórios são relatórios, eu também os conheço, eu também navego pela net e sei o que é que se passa. Se quiser trago-lhe outras situações a contradizer aquilo que a deputada municipal Rita Messias veio aqui dizer. Portanto, isto engole quem quer engolir.

Vou falar aqui um pouco sobre aquilo que o PS nos deixou e aquilo que o PSD e a coligação e o Governo terão que fazer.

Os juros da dívida portuguesa é aquilo que me preocupa, com toda a sinceridade, é aquilo que actualmente me preocupa

No dia 24 de Junho, se vocês se recordam, há três dias atrás, a dívida obteve o valor mais alto de sempre. Os investidores têm exigido 14.55 pelos títulos de dívida a dois anos. Na dívida a cinco anos, Portugal está a pagar 13.79 e na dívida a longo prazo a 10 anos o Estado está a pagar 12.57. Isto é que me preocupa, com toda a sinceridade, porque tudo o resto é retórica. E não há quem entrave esta corrida, esse é que é o meu problema.

Os juros da dívida pública portuguesa nunca estiveram tão altos, com maturidade a três anos, a renovar a 15% pela primeira vez, isto precisamente no dia em que o actual Primeiro-ministro, que fez a sua estreia política na Europa, na semana passada, Pedro Passos Coelho achou em reafirmar no Conselho da Europa os compromissos que Portugal assumiu com a troika. No entanto, os investidores continuam descrentes quanto à necessidade do cumprimento do país, sobretudo agora, que a ameaça do contágio grego cresce já que Atenas pode cair mesmo em bancarrota, caso não receba o dinheiro até Julho. Essa é que é a realidade e a realidade que temos.

O próprio Presidente do Banco Central Europeu veio sexta-feira passada a dizer que a zona Euro se encontra em alerta vermelho e que a crise da dívida ameaça afectar os bancos.

Ora, é neste contexto de incerteza e de pessimismo que as obrigações do tesouro a dez anos batem os históricos e com o spread a atingir os 800 pontos base.

Eu, na última Assembleia – se vocês se recordam – disse aqui que tanto Grécia, como a Irlanda e Portugal também pediram socorro externo, que vocês sabem - e tal como acontece na Grécia e na Irlanda, a percepção de risco para Portugal, continua a agravar-se a níveis impróprios para consumo e a prova disso é a degradação sobre a dívida nacional a cinco anos, uma espécie de seguro contra o incumprimento. E quem diz isso é uma agência de Rating, a chamada cds, que só há dois países, dos 57, com dados disponíveis, com o pior score, a Grécia e a Venezuela, que nações como o Líbano, atingem um valor de 356 pontos e o nosso valor é de 800 pontos base. O Casaquistão é de 140 pontos e o nosso valor é de 800 pontos base. Vejam qual é a comparação para com Portugal. Nós estamos mesmo, não digo falidos, mas quase falidos. E quem é que nos trouxe essa falência? E no prazo de cinco anos também há um novo recorde a registar já que os juros tocaram os 14,025, o prazo de dois anos e de três anos de alerta vermelho é ainda mais carregado já que os juros bateram 14.674% e os 15.865% respectivamente.

Na Grécia, estão no centro das atenções na cimeira europeia as obrigações do tesouro a dez anos e estão com 17.09% e a sua maturidade já ultrapassa os 27.8%, a três e a três superam os 20.3%, é a calamidade, é o país mesmo na falência e nós estamos a 15%.

Foi este o país que o PS nos deixou, infelizmente.

Tudo está escrito de forma simples e muitas medidas têm prazos e metas quantificadas. A máscara caiu. Aquilo que os socialistas comemoravam com pompa e circunstância que o país estava a viver um mar de rosas, estamos é a viver num mar de espinhos.

Portugal está no limite e a troika (ou chame-se lá o triunvirato que quiserem chamar) não tem necessidade de agradecer a ninguém.

O Governo que saiu das eleições de 5 de Junho está obrigado a cumprir as maiores medidas, sob pena de assistirmos à humilhação e situação extrema em que se encontra a Grécia se não tomarem medidas a sério e eu penso que é uma situação que teremos que levar a sério para não ficarmos pior ou igual à Grécia.

Um facto ainda mais importante é que uma vez pelo menos três partidos assinaram por baixo o mesmo e que um é o PS e negociou com a troika, depois não se queixem.

Os prazos são exigentes...

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Sr. deputado, tem 30 segundos para terminar a sua intervenção.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**



Já termino, Sr. Presidente.

...mas penso eu que são cumpríveis. Tem de ser tudo feito para que cumpramos o que está assumido.

Este programa de memorando da troika, onde estão explicitadas de forma clara as mudanças que irão mexer em todos nós, o nosso poder de compra, na protecção do emprego e a relação com o Estado, terão enorme impacto na nossa vida nos próximos anos para o bem ou para o mal. Eu penso que vale a pena fazê-lo, é essa a proposta que o novo Governo de coligação quer fazer. Um Governo da frontalidade e da clareza a que não estamos habituados. Tudo terá que ser feito de forma simples, assegurar que o País cumpra as medidas e pague o empréstimo. O Governo terá que pôr em prática, a curto prazo, para reduzir o défice e estabilizar a dívida.

É evidente que isto nos traz insatisfações: são os cortes nas pensões, são os cortes em termos de congelamento de salários, a subida de impostos ou as privatizações. Este Governo...

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Sr. deputado, o seu tempo esgotou, já passamos 9,5 minutos.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Eu já termino, só um segundo.

Este Governo ou outro qualquer, terá que pagar também aos seus credores. Aqui será tentar garantir que o país consegue reequilibrar as contas externas, tem que reduzir o suficiente para ir pagando, o que importa em capital e bens de serviço. Isto significa criar a nossa economia competitiva.

Se o Governo fizer isto em toda a sua transparência, informar os Portugueses, não volta a cair na mesma situação que o socratismo nos deixou, ou seja, o descarrilamento financeiro.

E termino dizendo, não há soluções milagrosas, mas sim uma abordagem equilibrada e justificada dos problemas.

**Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):**

Sr. Presidente da Mesa, bem-vindo, bom dia, Mesa da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, minhas Senhoras e meus Senhores, Srs. Municípios.

Gostaria de lembrar aquilo que é comum, que nos ensinaram a todos desde pequeninos, que para fazer história é preciso distanciarmo-nos dos factos porque senão corremos o risco de tecer uma quantidade de inverdades ou de disparates e começava justamente a minha intervenção com isso.

Para fazer história é preciso distanciar-nos dos factos e olhá-los com alguma distância.

Na verdade, chame-se um novo ciclo, chame o que se lhe chamar, dia 05 de Junho mudou o Governo. Mudou o Governo e era de crer que a gritaria (e aliás parece que se tem passado isso) dos pec's e a gritaria das taxas de juro teria acabado. Teria acabado porque haveria novo Governo, Governo que estabelecia confiança em relação ao país e portanto ficaríamos na casa dos 7,7 ponto qualquer coisa de taxa de juros.

Na verdade, o que temos que concluir é que os mercados, queira lá isso dizer o que queira, seja lá isso o que for, afinal não confiaram assim tanto no novo Governo que tomou posse e não levaram isso em conta, continuando a galopar, a galopar as taxas de juro e de facto é preocupante o nível a que estão a chegar.

Gostaria de dizer que isto vem-nos obrigar a reflectir um pouco mais sobre a Europa, vem-nos obrigar a reflectir um pouco mais sobre o combate entre a Europa e o dólar. Eu só quero deixar estas duas mensagens, poderíamos discutir isso, falar sobre isso, falar o que é que isso quer dizer, falar porque é que a invasão do Iraque se procedeu exactamente quando foi comunicado que os preços do petróleo iriam ser feitos em Euros e não em dólares, coisas que nos transcendem mas não quero aqui dar razão ao Sr. Presidente da Câmara, quando diz, "*afinal em Mirandela há políticos que transcendem o concelho de Mirandela*" por isso passava para aquilo que é a expectativa do novo Governo.

Temos um Primeiro-Ministro que se diz de liberal e eu vejo nisso uma vantagem e gostava de lhes dizer que, ao contrário de outros movimentos, enquanto que o socialismo é um modelo, a social-democracia é um modelo, o liberalismo é um conjunto de preceitos e não tem propriamente um modelo mas a acção política decorre do conjunto de preceitos que ele contém, sendo que o primeiro dos preceitos é um preceito ético. Esse é para os liberais e eu quero dizer claramente (já o disse aqui) que me reconheço também ligeiramente no liberalismo, sobretudo por este princípio ético e pelo princípio da igualdade de oportunidades. Fico um pouco preocupado ao verificar que desde logo ou há um erro de casting ou nos andaram a enganar.

Ou seja, na verdade é nomeado o Secretário de Estado da Comunicação Social o Vice-Presidente da Comissão Política do PSD. De facto, tendo em conta que para um liberal o preceito ético é a primeira referência, é a essência do liberalismo, esta nomeação deixa antever situações que pouco têm a ver com o liberalismo.

Então cairíamos numa situação que não é nada boa, que é, afinal tudo se tratou de uma luta de poder e mais nada. Sendo assim será relativamente preocupante e as nuvens serão negras.

No entanto, importa-me – e estamos na Assembleia Municipal de Mirandela – deixar quatro pedidos, ou deixar quatro notas que são importantes para o concelho de Mirandela.

Tendo em conta aquilo que nós vimos durante a campanha eleitoral e as boas relações entre o PSD e a Sonae e a Jerónimo Martins, eu penso que os Mirandenses estarão a bater palmas, ou seja, vamos ver os nossos hortícolas de Carvalhais a florescer, vamos ver os nossos agricultores a terem o seu rendimento aumentado porque vão deixar de importar para se virar para a produção nacional e para os legumes, os hortícolas, as frutas e os azeites do nosso concelho.

Certamente que a Jerónimo Martins, sendo o quinto maior importador, deixará de o ser e passará a comprar na produção nacional, admito que sim, dado a campanha que fez. Eu penso que a Sonae vai mudar com certeza a sua política já foi em tempos, na altura dos aglomerados, um dos maiores exportadores, mas de exportador, virou importador. E virou importador, sendo talvez (e assumo a responsabilidade do que vou dizer) porventura o maior coveiro das pequenas e médias empresas.

Sendo coveiro das pequenas e médias empresas e tendo ele dado um apoio (quero-vos dizer que me incomodou) naqueles termos, eu penso que vai haver uma reconversão e nós concelho de Mirandela e nós Mirandenses vamos estar bem, com certeza. Esta era a primeira nota

A segunda nota é com certeza em relação à Unidade Local de Saúde e à saúde, agora sim, agora vamos ter o nosso hospital, vamos ter tudo que aí vem, com o Governo que aí vem e dada até a capacidade e a respeitabilidade do nosso Presidente junto dos órgãos do Partido Social Democrata e do Governo, certamente vamos aqui bater palmas e eu serei, quero-vos dizer, o primeiro a bater palmas em relação às alterações que se anunciam e que renunciam na saúde.

Já agora, uma outra nota, que é nota do social.

Se é verdade e aqueles que me conhecem sabem que eu sou crítico em relação a algumas políticas e a algumas práticas que vigoravam neste país, eu espero que não pague o justo pelo pecador, espero que não sejam todos tratados por números, porque de facto há aqueles que não querem trabalhar e a esses os rendimentos mínimos deviam ser cortados, não tenho dúvida nenhuma sobre isso, ou devia ser feita uma política que os obrigasse a integrar no mundo do trabalho.

Mas há os outros, há aqueles para quem a vida foi madrasta, há aqueles que não tiveram oportunidade, há aqueles que se levantam às seis ou sete da manhã, que não vêem os filhos, deitam-se e continuam a não ver os filhos e que fazem tudo para ter uma vida digna e não conseguem. Eu acho que há que ter atenção.

A última nota é a nota da A4 e eu espero que a A4 continue. Eu espero desde pequenino que a primeira preocupação e desde que me interesse por estas coisas, que era vencer o Marão, eu espero que continue.

Para terminar, gostava de dizer que gostava de ver mais visão e mais estratégia, aliás, aqui tenho vindo a apelar a isso em relação à Câmara e também em relação ao meu Governo. Gostava muito mais de pensar a dez anos de distância, a fazerem-se programas nesse sentido, a haver transversalidade em relação aos outros partidos políticos todos, do que questões táticas.

Eu desejo veementemente que o nosso Governo tenha visão, tenha estratégia e que assuma a governação do país como missão e já agora, deixem-me ficar este desejo para o nosso concelho e a nossa Câmara Municipal. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Muito obrigado também.

A palavra à Sr.<sup>a</sup> deputada Fernanda Cerqueira.

**Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):**

Sr. Presidente da Mesa e Srs. secretários. Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Srs. membros da Assembleia Municipal, comunicação social, minhas Senhoras e meus Senhores, muito bom-dia a todos.

Não posso deixar de lamentar “desculpem-me” que tanto se fale de pessoas que mal conhecemos e que não tenham todas as bancadas referido o grande homem, que além de fazer parte desta Assembleia, era também líder de bancada, um advogado do povo, um amigo. Eu queria em meu nome pessoal e em nome da bancada também, daqui, dar os pêsames ao nosso colega Fernando Pilão.

Mudando de tema. A ex-Ministra da Educação, Isabel Alçada, disse há algum tempo que o País deve funcionar como uma orquestra, sublinhando a importância de uma unidade de esforços.

Segundo a mesma, uma orquestra «é o exemplo de trabalho individual que produz trabalho colectivo que supera em muito» a junção dos esforços de cada um.

Como me sinto mais independente que o Dr. Francisco José Viegas (claramente posso dizer) que neste jogo de vidas, de trabalho, de emoções de atitude no dizer do nosso povo..., coisa partida só poderá ter novamente valor na reciclagem.

Os cargos políticos são desempenhados por pessoas cultas e à partida bem formadas mas que esquecem muitas vezes as suas raízes.

As campanhas eleitorais são feitas durante semanas e o povo já desacreditado e insensível à sua própria sorte e aos dias que lhe irão dar novas realidades ficam quietos olhando o horizonte que já nem lhe pertence. Tudo é feito em altas esferas onde se vai camuflando como se pode, infelizmente.

Sem esclarecimento, sem transparência e sem a dignidade que se exige a quem governa os destinos de um país.

Sacrifícios... será que todos os sentem? Há muitas histórias de vida e vidas cheias de histórias onde a verdade jamais será o padrão que as identifique.

Deste novo governo, apenas me atrevo a exigir transparência e seriedade.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente, apenas uma referência.

A ausência de um conterrâneo amigo e nosso companheiro de viagem aqui na Assembleia, o Dr. Fernando Pilão. A despedida de um amigo é sempre um acto de tristeza e de sentimento. Nós fizemo-lo em nome desta Assembleia, naturalmente sem pedir o aval aos Srs. deputados porque disso tínhamos a certeza que o teríamos, já o fizemos através do órgão de comunicação onde registámos o sentimento e a respeitabilidade, enfim, tudo aquilo que a palavra saudade pode englobar.

Julgo que o fizemos em tempo oportuno e deixamos uma marca pública daquilo que nos ia na alma.

Sr. Presidente da Câmara...

**Presidente da Câmara Municipal:**

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia, público e comunicação social.

Em primeiro lugar, eu vou ser muito rápido. As intervenções antes da Ordem do Dia hoje fazem com que eu demore muito pouco tempo e um minuto ou dois chegará. Apenas três notas.

A primeira é para me associar e a Câmara também à homenagem aqui feita ao Dr. Pilão e a este minuto de palmas em vez de silêncio porque de facto era uma figura incontornável do poder autárquico em Mirandela e do desenvolvimento do seu concelho e do seu distrito. Já não falo a nível nacional que não conheço tão bem.

Em 2.º lugar, dizer também à Marisa Aranda que os juízos e as conclusões subjectivas já as tirou. Não vale a pena estar-lhe a mudar a ideia. E como num processo anterior, e bem, também expressou aqui a mesma ideia e depois houve cidadãos que recorreram para esclarecer essas ideias aos tais órgãos competentes. Vamos esperar que façam o mesmo nesta. Eu quando tiver o relatório desses órgãos competentes transmiti-los-ei à Assembleia Municipal porque tudo que poderia dizer de certeza não a convencia, nem como douta jurista nem como membro desta Assembleia Municipal. Quando tiver esses esclarecimentos pode ser que os traga aqui à Assembleia e depois a Assembleia os entenda esclarecedores. Não vale a pena estar a fazer com que as ideias e as conclusões valorativas que já tomou que sejam aqui contrariadas. Isso não estou para fazer.

Em 3.º lugar, dizer ao Eng.º Baltazar que é verdade que eu hoje identifiquei-me perfeitamente com estas três ou quatro prioridades que estão aqui em vista para o Distrito de Bragança e digo-lhe sinceramente que ando já à procura de três cidadãos ou cidadãs independentes ou semi-liberais que possam desempenhar estes cargos no distrito, nomeadamente a agricultura, as acessibilidades e a saúde.

**4 – PERIODO DA ORDEM DO DIA.**

**4.1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.**

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Então passamos ao Período da Ordem do Dia e à apreciação da Informação do senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do art.º 53.º da lei n.º 169/99.

Tem a palavra o Sr. deputado Carlos Fraga.

**Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):**

Muito bom dia Sr. Presidente da Mesa, agora já presente connosco. Espero que tenha feito uma boa viagem embora todas as condicionantes dessa grande auto-estrada que todos nós esperamos se calhar contribuíram para este seu ligeiro atraso. No entanto, chegou a bom porto e é isso que nos interessa.

Nesta apreciação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, queria aqui focar três pontos. Dois pela positiva, um pela negativa e depois ainda um reparo.

Começamos pelos aspectos positivos.

No aspecto positivo, eu queria dar os meus parabéns à Câmara Municipal, através do pelouro da Educação Cultura e Turismo, pelo facto da Esproarte ter participado no Encontro Nacional de Jovens, em Fátima, no passado dia 08 de Maio.

Apraz-me registar esta presença, esta vivacidade, desta nossa juventude, esta cultura que aqui se cultiva também através da Esproarte e que se expressou em Fátima o sentido espírito cristão, certamente com que todos partilharam essa jornada de alegria e de fé, inserido já na preparação do próprio centenário das aparições de Nossa Senhora de Fátima.

Eu queria aqui recordar a mente esquecida de alguns. Também quando foi declarado o ano Santo Paulino, Mirandela fez-se representar através da Diocese de Bragança e Miranda e com a colaboração da Sr.ª Vereadora do pelouro da Cultura que contribuiu com o melhor que soube e pôde. A própria televisão mostrou para Portugal inteiro que quem representou em Fátima a Diocese de Bragança/Miranda nesse Ano Paulino foi a delegação de Mirandela, que por sinal era encabeçada pela minha pessoa.

Não é a pedir louros, é dizer as coisas com verdade e o que fazemos com verdade e com dignidade não temos que nos envergonhar ou de nos encolher ou de as esconder.

Houve mais este evento no passado dia 08 de Maio e o pelouro da Cultura está de parabéns.

Outro aspecto positivo da informação, Sr. Presidente, tem a ver com os jardins nómadas, num conjunto harmonioso e coincidente com o Dia Mundial da Criança. De facto é bom ver e registar que de ano para ano este evento se regista, dá um grande colorido, que dá muita alegria à nossa cidade, que nos dignifica a todos nós, um aspecto extremamente positivo, espero que continue de futuro.

Nesta envolvimento das flores e das crianças, a alegria e a pureza são muito saudáveis e já alguém dizia *“grande é a bondade, a poesia e as danças, mas o melhor do mundo, são as crianças”*, porque nelas reside o futuro e toda a nossa esperança num futuro melhor para a nossa terra e para o nosso país.

Agora queria frisar um aspecto negativo, que tem a ver com a Reginorde 2011, a vigésima oitava edição da Reginorde.

Na minha modesta opinião, registo que a Reginorde, após um período que teve crescente, começou a declinar e continua actualmente a ter da minha parte nota medíocre e o apoio da Câmara não deve ser passivo a essa situação medíocre. Deve haver empenho, esforço e exigência, essencialmente, pelo menos para que a nota possa ser suficiente, caso contrário, futuramente não vale a pena continuar a realizar a Reginorde com nota medíocre.

Por último, um reparo escrito, para o Sr. Presidente da Câmara. Terá sido por esquecimento, é o que eu julgo e tem a ver com o passado dia 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades e também dia de aniversário do Sport Clube de Mirandela.

Foram 99 anos, eu não pude estar presente nesse dia por motivos da minha vida profissional e familiar, associei-me doutra forma, mas não vejo aqui nenhuma referência a esse aniversário. 99 Anos, quando nós olhamos para uma pessoa, é uma pessoa que tem cabelos brancos e que merece todo o respeito, este respeito é comum ao Sr. Presidente e a todos nós. No entanto, não consta aqui nada como referência a esse aniversário e eu queria dizer que o Sport Clube de Mirandela apesar dos 99 anos que todos nós o continuamos a respeitar, com muita juventude e cada vez com mais juventude e com mais garra. Muito obrigado Sr. Presidente.

**Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP Independente):**

Sr. Presidente e Sr. Deputados.

Na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara municipal, vejo o cartaz cultural de Mirandela. Vejo um cartaz puramente informativo dos acontecimentos.

Já agora, se me permitem, gostaria de acrescentar ao cartaz um acontecimento cultural publicitado no site e na agenda municipal, que segundo os organizadores, passo a citar *“foi agradável ver um assinalável número de pessoas a entrar nas excelentes instalações do Auditório para assistirem de forma entusiasmada a uma peça de teatro aparentemente “leve” mas, de grande profundidade e interpretada por um grupo de artistas de enormíssima qualidade.”* E acabam *“agradecendo a Câmara Municipal por toda a colaboração prestada e ainda a todos quantos contribuíram para esta festa da arte e da amizade.”*

Eu tive o prazer de participar nessa festa da arte e da amizade. Pena é que não faça parte desta lista de actividades e que o assinalável número de pessoas não tenha sido suficiente para encher estas excelentes instalações, não, porque não tenha sido uma peça de teatro *“leve”*, de grande profundidade e interpretada por um grupo de artistas de enormíssima qualidade, não sei se por ter sido promovida pelo CTM ou se os Mirandenses não estão habituados ou sensibilizados para momentos de cultura e arte.

A arte é uma das coisas que não tem, ou não deveria ter, cor política.

Das actividades aqui referidas gostaria de salientar a *“exposição de Balbina Mendes”*. Não pude estar presente na inauguração mas tive o prazer de a visitar uma primeira vez com os meus filhos e seguidamente com os meus alunos. Tenho pena que exposições como estas não sejam mais divulgadas nas escolas.

E, não posso deixar de lamentar que o museu só possa ser visitado *“aquela exposição”* até as 17h30 e mais grave ainda que sendo Mirandela uma cidade virada para o turismo o nosso Museu esteja fechado

Sábado e Domingo. Eu sei que se podem fazer marcações mas o turista comum não faz marcações. Por falta de pessoal não me pareceu.

Pelo que pude constatar, não me pareceu que a alteração do horário acrescentasse algum tipo de custos, mas sim um melhor aproveitamento dos recursos. Obrigada.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Não há mais inscrições. Sr. Presidente quer usar da palavra?

Nós pedimos desculpa, mas sabe Sr. deputado Paulo Pontes, perguntei mesmo agora aos Srs. Secretários e não está inscrito, mas como temos tempo, faz favor.

O que nós recomendamos e pedimos aos Srs. deputados é que se façam ver e se façam ouvir na marcação atempada, para um bom funcionamento.

Tem então a palavra o Sr. deputado Paulo Pontes.

**Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Srs. Secretários, Exm.º Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores.

Vê-se mal de baixo para cima, então também se vê mal de cima para baixo porque eu vi o Dr. Rui, eu estava com o braço no ar e outros viram ele a fazer-me sinal que sim, que estava inscrito.

O que me traz aqui essencialmente e muito sinceramente é dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara. E dar os parabéns porquê? Porque eu estou aqui nesta Assembleia Municipal, cheguei pouquíssimo tempo atrasado e o que eu tenho visto discutir aqui nesta Assembleia são assuntos que em meu entender nada têm a ver com a Assembleia Municipal ou com Mirandela.

Ou seja, em Mirandela estamos no céu, não tem problemas, aqui não há crise porque já vi aqui debater políticas nacionais, “que isto deve ter uma importância para o Governo Central que é uma coisa impressionante”, já vi aqui discutir manifestações religiosas e não é no sentido pejorativo que eu também sou católico e assumo ser católico praticante. Já vi aqui discutir assuntos e mais assuntos e Mirandela e o seu concelho estão no céu.

A mim preocupa-me e tenho que defender a minha dama, preocupa-me é o Franco, preocupam-me os caminhos que estão intransitáveis, preocupam-me os caminhos que por estarem intransitáveis as giestas já unem um lado com o outro do caminho, em que as pessoas já não podem passar. Preocupa-me como é que eu daqui para a frente irei continuar a manter satisfeitas as pessoas no sentido de lhes limpar as ruas, de lhes satisfazer os problemas que elas sentem, isso preocupa-me imenso.

Preocupa-me como vai ser feita a reestruturação dos serviços municipalizados, no sentido de pouparmos e de melhor rentabilizar os meios que temos. Isto a mim preocupa-me muito e parece que aos restantes os preocupa também mas não levantam os problemas ou então, eu sublinho, Mirandela está no bom caminho, estamos no céu.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Mais alguma inscrição? A Mesa não regista.

O Sr. Presidente quer usar agora da palavra?

**Presidente da Câmara Municipal:**

Muito obrigado Sr. Presidente.

Também respostas rápidas ao Carlos Fraga.

Nas notas positivas não vale a pena estarmos a falar. Na nota negativa, dizer-lhe que as duas que fez, concordo com a sua posição.

Em primeiro lugar, sobre a Reginorde, eu acho que era o ano em que havia todas as condições para que a Associação Comercial e Industrial de Mirandela reflectisse sobre um novo modelo de feira e não tivesse feito este ano a Reginorde. A Câmara Municipal deu-lhe todas essas oportunidades, mesmo saindo bem eles, dizendo no início que não participaria financeiramente em nenhum subsídio à Reginorde. Tinham aqui uma oportunidade de através disto e sem ficar mal com os associados, poder reflectir no novo modelo de feira.

Não foi este o caminho seguido e é evidente que a Câmara também não quis atrapalhar os desígnios e as actividades que eles resolveram fazer, mesmo com estes riscos inerentes a não terem subsídios directos.

Em relação ao 10 de Junho, concordo inteiramente consigo. Existiu e teve a sua influência e foi por mero lapso que ele não constou aqui mas é um lapso que é preciso corrigir porque o Sport Clube é uma das instituições centenárias em termos de Mirandela e merece esse registo.

À Fernanda Cerqueira, dizer-lhe três notas apenas:

Primeiro, antes de fazer algumas críticas aqui devia saber o que se passou. E as escolas foram todas convidadas por escrito e por carta para a abertura da exposição da Balbina Mendes e apenas responderam duas, se não quiseram estar não foi por falta de saberem. Nós só contactámos as direcções da escola porque é este o protocolo que é feito. Não contactamos as professoras mas as direcções das escolas. Duas

responderam, as outras não responderam e se não quiseram estar mais foi porque não quiseram, não foi por não saberem.

Em segundo lugar, também dizer-lhe que sobre o CTM, da Câmara existe zero responsabilidades porque apenas no dia anterior pediram o Auditório. Quem pede no dia anterior o Auditório para fazer uma sessão, é porque a tem divulgada pelos próprios serviços e não precisou da Câmara para a fazer, senão teriam pedido antes e com responsabilidades na divulgação.

Em terceiro lugar, também a aconselhava a pedir os dados da Câmara, através da Câmara directamente ou através dos vereadores do seu partido, para saber os resultados que havia na frequência das iniciativas culturais, quando o horário era alargado e quanto é que isso custava e depois tirar a sua conclusão.

#### **PONTO 4.2 - EMPRÉSTIMO AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTOS – QREN-EQ**

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 06 de Junho de 2011 que se transcreve:

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por maioria, com 1 abstenção do membro do CDS/PP e 6 votos a favor, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “Mirandela XXI – Acessibilidade e Mobilidade Urbana”, no valor de 279.309,36 € (duzentos e setenta e nove mil, trezentos e nove euros e trinta e seis cêntimos);**
- 2 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “Mirandela XXI – Segurança, Prevenção de Riscos e Combate à Criminalidade”, no valor de 231.469,44 € (duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e nove euros e quarenta e quatro cêntimos);**
- 3 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “Mirandela XXI – Gestão do Espaço Público e do Edificado”, no valor de 285.926,88 € (duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e vinte e seis euros e oitenta e oito cêntimos);**
- 4 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “Plataforma de Desenvolvimento Rural Sustentável – Pólo Mirandela”, no valor de 174.998,05 € (cento e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito euros e cinco cêntimos);**
- 5 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “tuaMirandela – MIRANDELA SUSTENTÁVEL”, no valor de 248.174,15 € (duzentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e quatro euros e quinze cêntimos);**
- 6 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “tuaMirandela – MIRANDELA INOVADORA”, no valor de 420.546,33 € (quatrocentos e vinte mil, quinhentos e quarenta e seis euros e trinta e três cêntimos);**
- 7 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “tuaMirandela – MIRANDELA SOLIDÁRIA”, no valor de 630.315,00 € (seiscentos e trinta mil, trezentos e quinze euros);**
- 8 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “tuaMirandela – MIRANDELA CRIATIVA”, no valor de 1.255.590,00 € (um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa euros);**
- 9 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “tuaMirandela – MIRANDELA COOPERANTE”, no valor de 156.507,94 € (cento e cinquenta e seis mil, quinhentos e sete euros e noventa e quatro cêntimos);**
- 10 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “Piscinas Recreativas da Torre D. Chama”, no valor de 42.857,14 € (quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete euros e catorze cêntimos);**
- 11 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “Reabilitação e Adaptação do Cineteatro Municipal de Mirandela”, no valor de 58.121,04 € (cinquenta e oito mil, cento e vinte e um euros e quatro cêntimos);**
- 12 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “Mirandela ecoXXI – Ambiente Urbano”, no valor de 182.486,24 € (cento e oitenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis euros e vinte e quatro cêntimos);**
- 13 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “Pavimentação da Estrada Municipal de Ligação entre a E.N. 15 e a E.N. 314, passando por Avidagos”, no valor de 124.963,35 € (cento e vinte e quatro mil, novecentos e sessenta e três euros e trinta e cinco cêntimos);**
- 14 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “MIRANDELA energia XXI – Redução da Factura Energética na Rede de Iluminação Pública”, no valor de 70.000,00 € (setenta mil euros);**
- 15 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “Centro Tecnológico do Azeite”, no valor de 177.121,84 € (cento e setenta e sete mil, cento e vinte e um euros e oitenta e quatro cêntimos);**

- 16 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético – Ambiental em Equipamentos Colectivo”, no valor de 134.679,56 €(cento e trinta e quatro mil, seiscentos e setenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos);
- 17 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “Promoção e Valorização do Azeite de Trás-os-Montes DOP”, no valor de 133.667,17 €(cento e trinta e três mil, seiscentos e sessenta e sete euros e dezassete cêntimos);
- 18 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “Piscina Municipal de Mirandela – Utilização Racional de Energia – EEA – Equipamentos Desportivos”, no valor de 28.531,80 € (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e um euros e oitenta cêntimos);
- 19 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “Rede de Drenagem de Águas Residuais e Abastecimento de Água de Vila Nordeste – Cachão”, no valor de 138.791,34 €(cento e trinta e oito mil, setecentos e noventa e um euros e trinta e quatro cêntimos);
- 20 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “Colmatação da Rede de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Mirandela”, no valor de 275.733,96 € (duzentos e setenta e cinco mil, setecentos e trinta e três euros e noventa e seis cêntimos);
- 21 – Aprovar o pedido de candidatura a financiamento do projecto “Reestruturação da Rede Viária Municipal Primária – Fase I”, no valor de 157.581,26 €(cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e um euros e vinte e seis cêntimos);
- 22 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Então passamos ao Ponto 4.2, Empréstimo ao Banco Europeu de Investimentos. Inscrições dos Srs. deputados. Faz favor, pode usar da palavra o deputado Pedro Fonseca. Uma inscrição e é a única para já.

**Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):**

Muito bom dia Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes.

A propósito deste assunto, a CDU não é contra os empréstimos previstos na lei que são ferramentas de auxílio contabilístico e de gestão.

Até aqui tudo bem, só que na nossa perspectiva estes instrumentos bancários devem ser o último recurso na gestão de uma Câmara e em última análise direccionados para medidas excepcionais de carácter estritamente social.

Este executivo no início do ano viu-se munido de um orçamento aqui aprovado, porque não o respeitou?

A necessidade deste empréstimo é amplamente reveladora da má gestão praticada.

Que fique bem explicito que a CDU não é contra nenhuma destas obras e compreende a necessidade que algumas populações têm, de ver as suas ruas e esgotos finalizados.

Só que estas pessoas também deveriam saber que o Sr. Presidente para as acabar tem que recorrer a um empréstimo, espelhando um pouco a realidade nacional.

**Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):**

Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, Srs. Presidentes da Junta.

Traz-nos aqui a Câmara a rectificação da decisão já tomada, no sentido do empréstimo para realizar o capital que é necessário para estes projectos.

Desde logo me parece que a Assembleia Municipal merecia um pouco mais de consideração e que a Câmara não devia fazer as coisas no joelho, como tem feito até agora. Porquê? Vêm aqui elencados uma quantidade de projectos. Sei que me dirão, com ar enfático “mas isso está no portal da Câmara”, pois, mas nós não temos assessores nem toda aquela gente para poder fazer esse trabalho. E não era demais pedir que viesse referenciado em relação a cada um destes projectos, o estado em que estão e porque aconteceu uma alteração a 05 de Junho e o país mudou, se alguns destes projectos ainda há razão para se manterem.

Sei que me dirão também, bem, se houver aval, ou se houver possibilidade de financiamento, iremos depois avaliá-lo...parece-me que é pôr o carro à frente dos bois e é o costume de normalmente trabalhos mal feitos. A Assembleia Municipal, se bem que nós sabemos, politicamente, a Câmara conta com maioria absolutíssima e pode fazer o que quiser, pode até, se eu puxar pela memória, nomear comissões para acompanhar o polidesportivo, por exemplo.

Nem sei onde está o polidesportivo, nem a comissão, nem nada disso, pode até levar ao ridículo e ao caricato dessas situações, mas o menos um bocadinho mais de consideração, o trabalho melhor feito, o ponto de situação de cada um dos projectos e eventualmente reflectir e já aqui foi dito até pelo Sr. Presidente da Câmara, ainda há instantes, que há que reflectir sobre a Reginorde. Não há que reflectir também sobre os projectos? Não há que reflectir se estes projectos vão trazer valor acrescentado? Não há que reflectir qual é a bondade destes projectos e aquilo que estes projectos trazem também para o concelho e os municípios?

A forma como isto foi apresentado, quer à Câmara em decisão e da forma como vêm aqui, como uma desconsideração...dizer, “nós estamo-nos borrifando”, permitam-me a expressão, temos maioria absolutíssima, esta gente vota sempre a favor e pronto.

Carece, de facto, de uma avaliação de se ver os projectos, o estado dos projectos. Alguns estão realizados? Pronto, temos que ir buscar o dinheiro, alguns não estão realizados e será de na actual conjuntura, serem realizados? Bom, vamos ver...agora fazerem desta Assembleia Municipal uma caixa de ressonância e dizer vem aqui porque é um proforma vir aqui e não têm a humildade democrática de dizer, «o ponto de situação dos projectos é este» e fazer a apresentação, aliás eu diria até que me parecia razoável que em relação a estas situações, antes de propriamente os deputados tomarem a palavra, até deveria ser a Câmara a apresentar os próprios projectos. Como é óbvio, os diferentes deputados e os diferentes Presidentes de Junta não estão dentro disto e fazia sentido esta atitude pedagógica de fazer a apresentação dos projectos que aqui vêm presentes.

De toda a maneira, quero-lhes dizer, para que amanhã não sejamos acusados de obstaculizar o que quer que seja, nós iremos votar favoravelmente.

**Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):**

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Comunicação Social, Meus Senhores e Minhas Senhoras, muito bom dia.

Antes de começar a minha intervenção sobre o empréstimo ao BEI, quero dizer o seguinte:

Quando se vem para uma tribuna falar desta maneira, eu acho que as pessoas em primeiro lugar devem informar-se daquilo que se vai discutir.

É com grande tristeza que vejo que pessoas que deviam estar informadas, porque pertencem a uma associação que também é parceira neste projecto e sabem perfeitamente que as coisas não são como aqui foram ditas, é triste realmente, ver fazer essas intervenções.

Já reparei que o Eng.º Baltazar se está a posicionar para uma nova candidatura no próximo mandato. Depois conversamos, nós somos amigos e temos a lealdade de concordar e discordar.

Quanto ao elemento da CDU, está completamente desinformado do que é este projecto e eu vou fazer uma intervenção nessa base, informar toda a Assembleia como é este projecto, o que pretende este projecto, o que vamos adquirir com este projecto e estou plenamente convencido que muita gente irá mudar a sua opinião sobre este projecto.

Antes de entrar na discussão desta proposta, quero realçar o seguinte:

1 - Este conjunto de projectos já aprovados e protocolados com a Autoridade de Gestão do ON2 O Novo Norte - Programa Operacional regional do Norte, designado por TuaMIRANDELA – Regeneração Urbana do Centro Histórico de Mirandela, integra além da Câmara Municipal, a Santa Casa da Misericórdia, a Associação Mircom, a Comissão Fabriqueira Nª Sª da Encarnação e a Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandenses. Como verificam, não foi nada fechado, há vários parceiros metidos no projecto.

2 - Agora na sua parte final, pode parecer que foi um trabalho fácil, mas não foi. Tudo isto exigiu um trabalho árduo de uma equipa que pacientemente recolheu elementos e projectos junto de todos os parceiros envolvidos nesta operação;

3 - Conseguiu aprovar projectos e já protocolados num valor que ultrapassa **os 26 milhões de Euros, «eu repito, os 26 milhões de Euros» sendo 18 milhões de Euros a fundo perdido, - de 26 de investimento, 18 milhões de Euros são a fundo perdido - ou seja 70% do valor investido e que pode ir aos 80%** para as obras realizadas ou a realizar até ao fim do ano. *Não é fácil para qualquer Câmara conseguir isto;*

4 - Isto não caiu do céu aos trambolhões, ainda mais num tempo em que o governo em funções, pouco ou nada favorecia as autarquias que não lhe eram afectas. Isto foi conseguido num governo PS.

5 - Tudo isto se deve ao trabalho de uma equipa, que apoiada no executivo em permanência lhe deu todo o apoio. Mas devemos ser justos na apreciação desse trabalho. **O grande mentor, impulsionador e estratega destes projectos foi o Senhor Vice- Presidente Eng.º António Branco.**

Referindo-me agora à proposta apresentada e que pode trazer outros pensamentos a quem está menos informado, é salutar explicar todos estes mecanismos que regulam estes projectos.

1 - Cada projecto tem um valor de Investimento proposto. O FEDER comparticipa com 70% do investimento a fundo perdido, ficando 30% a serem suportados pela entidade que executa o projecto.

2 - Desses 30% ainda se pode pedir 20% de empréstimo ao BEI (Banco Europeu de Investimento), já com condições de financiamento definido ou seja a 15 anos, com carência de 3 anos e a um juro de 3,901%. Deste modo a entidade investidora terá que se preocupar de imediato apenas com os restantes 10%.

Resumindo:

a. Investimento de 26 milhões de €;

b. 18 milhões de €, a fundo perdido;

c. Empréstimo ao BEI 5 milhões de €;

d. Parcela a suportar, 3 milhões de €;

3 - Que pena estes 26 milhões não serem 100 milhões.



4 - Mas os Membros da Assembleia Municipal poderão perguntar. Então é a Câmara que suporta este empréstimo? A Câmara, como entidade promotora é ela que tem que se candidatar ao BEI, com a totalidade do empréstimo. Depois de aprovado o montante, as responsabilidades serão distribuídas pelos parceiros em função das obras que vão executar.

5 - Nós vamos ter dias difíceis, pois sabemos em que estado nos deixaram o nosso país. Fazer um investimento de 26 milhões de euros nos próximos 2 anos é tentar resolver problemas às pequenas e médias empresas e especialmente às pessoas que irão encontrar trabalho e assim atenuar as dificuldades que vamos atravessar.

Depois de explicar resumidamente todo este processo, espero que os Senhores deputados municipais, independentemente das suas opções políticas, pensem primeiro nos interesses do nosso concelho, votando por unanimidade esta proposta e assim todos contribuirmos para que estes projectos tenham uma execução plena.

Muito obrigado pela atenção.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores.

O Sr. deputado Baltazar, isto é para si, porque o Sr. faz-me rir às vezes, talvez haja uma certa perplexidade da sua parte, porque o Sr. deputado parece que anda distraído, ou quer-se fazer passar por distraído.

Estes projectos aqui referenciados por mim, aqui nesta Assembleia há bastante tempo, mas há muito tempo e é por isso que parece que anda distraído.

E também o Sr. deputado municipal devia saber isto melhor do que ninguém. O Sr. deputado municipal esteve presente quando foram apresentados estes programas do ON.2 - O Novo Norte, pelo menos num estava presente e não pode vir para aqui para este palanque, no meu entender, dizer aquilo que não é verdade, aos Srs. deputados municipais e aos Srs. presidentes da junta, e isso choca-me um pouco, vir com esse glamour dizer aquilo que não é verdade. A verdade é só a verdade, Sr. deputado porque ficamos descredibilizados e essa situação, não me parece, em minha ideia, de um homem sério que eu tenho por si e de honesto, que venha para este palanque dizer as brutalidades que disse em relação a este programa. Porque devia saber isso tão bem como eu porque eu estive presente e o Sr. esteve presente e não poderia vir para aqui enganar os Srs. deputados municipais.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Sr.<sup>a</sup> deputada Marisa Aranda, estamos a falar do empréstimo ao Banco Europeu de Investimentos.

**Deputada Municipal Marisa Aranda (CDS/PP):**

Eu gostaria apenas de vir aqui dizer umas breves palavras sobre este assunto.

Em primeiro lugar, gostava de dizer que ainda bem que temos o Sr. Professor Dinis para nos informar aquilo que a Câmara deveria fazer e que afinal veio fazê-lo ele.

Então, já que está numa de informar, eu gostaria de saber se consegue também explicar porque é que houve um engano num milhão de Euros. Se calhar mais um dos lapsos deste Executivo Municipal, as matérias que eu falava há bocadinho, que este Executivo Municipal poderá fazer uma extensão do bar da Central de Camionagem, se calhar é um destes assuntos também, desorganização, falta de rigor, isso é o que eu até agora ainda não ouvi explicar a este Executivo Municipal.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Está a pedir a palavra, para? Não, temos que seguir a ordem das inscrições, não é? Nós estamos a falar do empréstimo ao Banco Europeu e como os Srs. deputados podem constatar e deduzir há uma deriva lateral em relação ao assunto, que é o assunto da alínea ponto 4.2, da Ordem de Trabalhos. Antes está o Pedro Fonseca para falar.

**Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):**

Eu queria apenas assinalar e agradecer ao deputado Professor Dinis pelo facto de me ter informado acerca dos projectos e queria também convidar o deputado Professor Dinis a informar-se junto das populações que têm as obras inacabadas, que ficaram com as ruas cheias de lama e não podem circular nelas, a razão pela qual as obras não foram terminadas. Foram contratualizadas, houve um prazo de execução, entretanto as empresas abandonaram o local, desfizeram o seu estaleiro e verificamos pela documentação que não lhes foi pago na totalidade.

Como é lógico, as empresas quiseram-se precaver e não terminaram a obra.

Convidava o Sr. deputado a ir-se informar junto das populações e ir visitá-las para depois poder tecer novas considerações.

**Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):**

Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente e Srs. Deputados. Eu peço desculpa mas vou falar pouco sobre o conteúdo. Vou falar um pouco sobre a forma que as coisas às vezes assumem.

Dar-me-ão com certeza o benefício de pelo menos ser coerente naquilo que têm sido as minhas intervenções nesta assembleia.

Eu tenho defendido que a Assembleia, em termos estritamente políticos é sabido que tem um apoio maioritário do Partido Social Democrata, que sustenta o actual Executivo e se viéssemos aqui, como quem participa liturgicamente num acto apenas pelo seu simbolismo, então não valia a pena sequer fazermos intervenções. Interessava era o que votávamos no fim e não interessava nada a discussão.

Eu penso que, e mais uma vez refiro, o debate deve ser mais elevado e é preciso ir mais fundo nas discussões porque a Assembleia Municipal devia ser de facto um momento e o local apropriado para se aprofundarem ideias e destinos para o concelho.

Eu compreendo que o Executivo e o Sr. Presidente da Câmara tenham, em relação aos assuntos que são discutidos, uma posição muito política e em defesa do seu Executivo. Quanto a isso não há nada a dizer, o que eu lamento é que da parte da própria Assembleia, não haja essa consideração.

O Sr. deputado António Figueiredo foi uma vez mais desagradável e agressivo. O deputado da minha bancada, Baltazar Aguiar, já tinha expresso qual era o sentido de voto que vamos ter nesta matéria e, portanto, o que aqui disse não foi mentira nenhuma, o que aqui disse, foi que gostava de ver (resumindo aquilo que disse) nesta Assembleia, os assuntos mais discutidos, gostava de ver aqui o Executivo a apresentar os projectos e a defendê-los e a explicar porque razão esses projectos surgem, tornar a Assembleia mais viva nessa discussão.

A contestação que aqui foi apresentada, foi na base do fazer rir, eu, sinceramente não sei, as pessoas aqui não me fazem rir, podem-me causar alguma tristeza. Dizer que o que o meu colega de bancada disse foram brutalidades, é algo que não pode passar impune, sem ser explicado. Eu gostava de saber que brutalidades é que foram ditas porque eu não ouvi nenhuma. Ouvi aqui uma crítica ao Executivo em não considerar mais a Assembleia nos projectos que quer defender. Penso que todos os Presidentes de Junta de Freguesia que aqui estão dentro, gostavam de saber em que é que as suas juntas de freguesia vão beneficiar com esses projectos, directa ou indirectamente.

A Assembleia Municipal, enquanto representante do povo do Município de Mirandela, gostaria de saber exactamente em que é que isso se vai reflectir a prazo, em benefícios positivos para todos nós. É isso que queremos saber.

Aquilo que foi dito e a forma como foi dito, foi muito desagradável uma vez mais e peço desculpa Sr. Presidente, mas não posso deixar de manifestar este sentimento.

Insisto numa tecla que já toquei aqui várias vezes, que é, trabalho entre Assembleias. Obviamente que todos os deputados municipais têm obrigação de fazer um trabalho prévio, de estar ao par do que é que se passa no concelho, participar em todas as actividades, por aí fora, sem dúvida. Mas isso não obsta a que as Assembleias sejam espaços mais vivos, de debate e de apresentação de projectos.

Julgo até que esta cultura constante de agressão e de oposição, provavelmente no futuro irá também mudar, porque como mudou o governo, quem estiver do lado do governo, não vai conseguir estar sempre a dizer mal.

Se calhar a queda do "D", na sigla PSD, ao deputado António Figueiredo, não foi um mero acaso, mas talvez se prevejam algumas transferências antes do final da época. Obrigado Sr. Presidente.

#### **Presidente da Assembleia Municipal:**

Faz favor, está a pedir a palavra? Ó Sr. deputado, para responder tem de pedir a palavra e a mesa vai concedê-la em função do motivo. Ó Sr. Deputado, faça o favor de se explicar aqui perante a Assembleia porque nós não conseguimos ouvir o que está a dizer.

O Sr. deputado Humberto Dinis está a pedir a palavra, para que efeito? Está a pedir a palavra em defesa da honra? Mas, ó Sr. deputado, a mesa não o registou. Tem de se manifestar dum modo visível e audível. Faz favor de usar a palavra. Não sei qual é a graça que isso tem. Sr. deputado, tem dois minutos neste ponto 4.2, mas se está a pedir a palavra por outro ponto de vista, por defesa da honra, a mesa tem que entender como tal.

#### **Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):**

Ó Marisa, entre nós não há nada, nós até somos amigos. Marisa, desculpa que eu te trate assim, mas há aqui uma coisa que eu quero explicar.

Em primeiro lugar, a Central de Camionagem foi feita no tempo do CDS, ponto final.

Segundo, quanto a isto, vocês têm uma Vereadora que está no Executivo. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora pode pedir todas as informações. Eu estou dentro do assunto, que, como parceiro dos projectos, estou também dentro do assunto.

Há aqui uma coisa e eu vou-lhe explicar porque é que não há diferença nenhuma de um milhão. Uma coisa é o investimento proposto, outra coisa é um investimento elegível. Eu explico-lhe em poucas palavras.

Uma obra pode custar de proposta em dois milhões de Euros, entretanto, elegível pode estar só mil oitocentos e noventa Euros e o Feder só comparticipa sobre o valor elegível.

Quanto ao BEI, tem determinadas regras (eu agora não lhas sei explicar) mas que nessas verbas só é pedido o valor menor. A sua Vereadora que peça todos esses esclarecimentos e que lhos forneça, apesar de ela dizer que não é assim.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Ó Sr. deputado Miguel Ângelo, já aqui há dias na penúltima Assembleia invocou o art.º 58, al. c), que eu desrespeitava a dignidade da Assembleia e os seus membros e eu acho que nunca fiz isso aqui.

O Sr. é que é um puro demagogo e de retórica baixa...

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Ó Sr. deputado, peço-lhe o favor de se cingir ao ponto. Tenha paciência, isso não pode ser assim, temos que dar o bom exemplo! Esse assunto resolve lá fora Sr. deputado.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

A lealdade para com a Assembleia Municipal, só há uma pessoa que me pode tirar a palavra, é o Sr. Presidente. Se o Sr. Presidente me quiser tirar a palavra, pode-ma tirar e então eu vou para o meu lugar.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Ó Sr. deputado, o Presidente não lhe tira a palavra, o Presidente procura cumprir o Regimento, nunca lhe retiraria a palavra. O que o Presidente procura a todo o custo, com a ajuda dos Srs. Secretários e dos Srs. deputados, é cumprir o Regimento e fazê-lo cumprir, dentro daquilo que nós aprovámos. Nós estamos a discutir um ponto e é nosso dever e obrigação tratarmos, debatermos, analisarmos este ponto, ou criticarmos, mas nunca estabelecermos este plano de retórica, de responder taco a taco, numa coisa comicieira. Mas esse é um esforço dos Srs. deputados e da Assembleia.

Ó Sr. deputado, por favor, vamos dar um bom exemplo os dois, não me tire a mim a palavra porque sou eu que tenho que lha conceder. São estas as regras do jogo, são estas as regras deste exercício que todos aprovámos e temos que dar um bom exemplo e o que está a acontecer agora aqui não é um bom exemplo.

Eu pedia-lhe o favor de cuidar muito mais do tipo de discurso que está a usar e de nos cingirmos a este ponto 4.2.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

O discurso é o discurso da retórica, acha que é ofensivo?

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Sr. deputado, faça favor de continuar a usar da palavra no ponto 4.2.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Eu respeito com toda a dignidade esta Assembleia e os seus membros e eu pergunto aqui nesta Assembleia se faltei ao respeito a qualquer membro.

O Sr. deputado Miguel Ângelo é que veio aqui defender o Sr. deputado Baltazar e acho que não precisaria porque ele é uma pessoa muito séria e muito correcta naquilo que diz e não precisaria de um defensor público a dizer aquilo que eu disse de brutalidades. E há uma certa brutalidade porque o Sr. deputado Baltazar esteve nessa reunião comigo, viu os projectos, comentou-os, houve uma exposição desses projectos e não poderia vir para este palanque a dizer que nada disso tinha acontecido e era isso que eu queria falar, não é desrespeitar ninguém.

**Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu creio que todos ouviram aquilo que eu disse.

Aquilo que eu disse na minha intervenção inicial tratava-se tão só de propor uma outra forma de apresentação à Assembleia e repito em substância e em síntese o que disse: *“Que o projecto conforme vinha agora à Assembleia, ficaria melhor se fosse apresentado pela Câmara, se dissesse qual é o ponto da situação de cada uma das obras, onde está e eventualmente, se fosse caso disso, até pudesse ser rectificado.”*

Nada disto tem a ver com este adjectivo do Sr. deputado. Portanto, digo-lhe que isso aí há qualquer coisa que o Sr. deveria ver o que é que se passa e não é comigo, com certeza. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Espero que o assunto esteja encerrado, Srs. deputados.

A palavra agora, para serenamente continuarmos, ao Sr. Presidente da Câmara.

**Presidente da Câmara Municipal:**

Muito obrigado Sr. Presidente e com serenidade tentarei explicar a ver se me entendem porque se me entenderem tudo isto está ultrapassado.

Em primeiro lugar, duas notas, antes do entendimento sobre esta proposta.

E uma nota é ao Pedro Fonseca para lhe dizer que é muito bom atirar pedras quando a Câmara Municipal já pagou 2/3 do saneamento de que fala aqui há várias reuniões e que não está acabado. É verdade. E o empreiteiro por 1/3 ainda não acabou mas depois esquece-se de mostrar a outra fase porque até este momento dos fundos comunitários recebeu zero.

Isto é, os 2/3 que estão pagos foram pagos com dinheiro municipal porque o dos fundos comunitários ainda não chegou ao município, isto para ter uma ideia se quiser falar claro sobre esta matéria.

As populações não têm culpa nenhuma. Já devia estar acabada e ainda não está.

Sobre a deputada Marisa Aranda, a Sr.<sup>a</sup> deputada nas últimas reuniões tem aparecido aqui muito agressiva. Não sei se são exercícios de advocacia que faz no seu gabinete com os seus colegas. Pelos vistos deve ter alguns colegas que lhe imprimem esta agressividade na advocacia.

Levanta aqui uma questão que foi levantada pela sua vereadora na Câmara Municipal de Mirandela e que teve a explicação. Para quem acompanha calmamente no escritório todas as actas do Executivo e de certeza houve também as explicações dos seus vereadores, percebeu que no que a Câmara se enganou foi antes da proposta ser discutida na Câmara. Mandou uma proposta que estava enganada num milhão de Euros que corrigiu antes de ser aprovada.

Eu não sei onde é que está o mal porque só foi aprovada a resposta correcta. Mas como costuma dizer que este Executivo falha sempre, não é rigoroso e esse palavreado já lhe está metido na cabeça. Eu sei que o discute com colegas e depois isso juridicamente dá isto. É evidente que não compreende algumas situações porque quem acompanha desde o início até ao fim as actas da Câmara percebe todas as obras que aqui estão, quando é que elas foram aprovadas, quando foram financiadas, tudo, não precisa de explicação nenhuma. Se calhar só se dá ao trabalho de acompanhar as que têm algum problema jurídico para discutir é a essas que de facto lhe dão acompanhamento.

Tirando estas explicações, vamos lá explicar o que é que esteve aqui em causa.

O que vem aqui à Câmara Municipal (para dizer ao Eng.º Baltazar) não é (porque não seria justo) a aprovação, projecto a projecto, conforme está aqui, do financiamento de cada projecto.

O que vem à Câmara Municipal é uma candidatura de intenção a apresentar a este financiamento do BEI, que é um financiamento extraordinário, que surge com prazos de candidatura e que tem que ser feito nesses prazos e só depois de atribuir o valor que cabe, com estes projectos todos, à Câmara de Mirandela, projecto a projecto, é que nós teremos que discutir aqui quais os projectos que têm dinheiro para ser aprovados e, dentro daquele limite, os que são prioritários e os que não são prioritários porque nós nem sabemos qual é o valor que vai ser atribuído à candidatura.

Então aí sim, quer na Câmara, quer na Assembleia, cada projecto individualizado vai ter que contrair o seu empréstimo que tem que ter a aprovação da Câmara e a aprovação da Assembleia. É só aí, se eles não forem todos aprovados no seu valor global, que vale a pena discutir a qual se aplica este financiamento, qual é o mais produtivo e qual é o menos produtivo.

Pergunta porque é que não vieram aqui até hoje?

Quem acompanha a actividade da Câmara sabe que as candidaturas aos fundos comunitários são da responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal, mais do vereador respectivo da Câmara Municipal. Estes, foram projectos que ao longo destes dois anos foram candidatados, aprovados e financiados.

Agora coloca-se a questão, apesar de estarem aprovados e financiados, se não tiverem um financiamento extra, conforme está aqui, aí, nós tínhamos que discutir quais deles são relevantes e quais os que o Município tem dinheiro para pagar a percentagem que cabe ao Município.

Só depois disto resolvido com esta candidatura é que podemos, projecto a projecto, fazer a discussão, quer na Câmara, quer na Assembleia, porque o financiamento de cada projecto só depois da candidatura aprovada.

Nós nem sabemos se a candidatura vai ser aprovada na totalidade, se em 50%, se em 25%, porque o BEI também só tem 469 Milhões de Euros para esta rubrica e terá todas as entidades a concorrer para que se pague essa percentagem. É uma intenção de candidatura global. Eles exigem que desta vez tenha a Câmara e a Assembleia com aprovação, porque senão não lhe dão a aprovação à candidatura.

Só por isto é que tem este tratamento simples e objectivo, da enumeração de projectos que já estão aprovados e financiados. Penso que esta é a justificação que eu posso dar sobre essa matéria e dizer aquilo que já disse o Professor Dinis. Não vale a pena repetir que os projectos que tiverem este financiamento fazem com que a comparticipação municipal seja muito reduzida e possam ser levados a cabo. Doutra forma, metade destes projectos não podem ser realizados, apesar de serem financiados.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Estamos então agora em condições de votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:**

O resultado da votação foi o seguinte:

Votos contra, 0

Abstenções, 6

Votos a Favor, 52

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 58 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 52 votos a favor e 6 abstenções, aprovar a apresentação das candidaturas a financiamento no âmbito do QREN-EQ de cada um dos projectos anteriormente relacionados, nos valores parcelares aí referidos, o que totaliza 5.207.371,84€”

**PONTO 4.3 - Denúncia do Contrato de Execução com o Ministério da Educação, a produzir efeitos a 01/01/2012.**

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 06 de Junho de 2011 que se transcreve:

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 3 abstenções (2 dos membros do PS e 1 do membro do CDS/PP) e 4 votos a favor dos membros do PSD, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a proposta de denúncia a produzir efeitos a 01 de Janeiro de 2012 do Contrato de Execução no âmbito da Transferência de Competências para os Municípios em Matéria de Educação outorgado entre o Ministério da Educação e o Município de Mirandela em 16 de Setembro de 2008;
- 2 – Comunicar ao Ministério de Educação, o teor desta deliberação.
- 3 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Ponto 4.3, denúncia do Contrato de Execução com o Ministério da Educação, a produzir efeitos a 01/01/2012.

Inscrições. Fernanda Cerqueira, tem a palavra Sr.<sup>a</sup> deputada.

**Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):**

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Relativamente ao contrato com o Ministério da Educação, desculpem-me todos os presentes mas parece-me um caso parecido com o uso da pastilha elástica. Eu exemplifico: apresentam-nos um invólucro bonito e agradável, aceita-se, mas dão-nos outro pacote.

Mete-se à boca mastiga-se enquanto for doce, vai-se mantendo, mas quando começar o doce a acabar já não interessa e deita-se fora.

Exm.º. Executivo, tiveram curiosidade em questionar o que estava a ser pedido às autarquias? Ouviram o parecer das escolas? E tiveram esse parecer em conta?

Não sei o que se passou no passado e nem é pertinente o que o CDS/PP disse nessa altura. Neste momento não é o pavimento, as instalações eléctricas, ou se as torneiras não funcionam que me interessa.

Esse é um problema pelos vistos da falta de manutenção durante 28 anos.

Preocupa-me sim o pessoal não docente das escolas que deixaram de pertencer ao Ministério da Educação e passaram a ser funcionários da autarquia. O que vai acontecer a essas pessoas? Vão passar a ser “propriedade” de quem? Do centro de emprego nesta altura tão dramática que o país atravessa?

**Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nesse contrato que foi celebrado e decorridos já dois anos e meio e se havia ou se há verbas a serem pagas pelo poder central e se o poder central tem falhado e a Câmara é que está à altura para poder responder sim ou não. A mim parece-me que é já demasiado tempo para que este pagamento esteja em atraso e o que eu questiono é se a Câmara o tem reivindicado no seu devido tempo. Quando se diz aqui “a Câmara tem vindo a efectuar esses pagamentos sem qualquer retorno por parte da Administração Central”, se não tem havido dinheiro do poder central, pergunto o porquê desse pagamento por parte da Câmara Municipal se ele compete à administração central.

A Câmara tem estado a protelar esta situação ou a deixá-la arrastar? Porque motivo?

Quando se celebra um contrato ambas as partes devem estar de boa fé e na sua íntegra contribuir e honrar o referido contrato. Se alguém é devedor - das duas uma - ou não paga porque não tem dinheiro ou então porque é caloteiro. Perdoem-me a expressão, mas no meu bom português, é assim que eu entendo as coisas.

Causa-me alguma estranheza porque parece demasiado tempo para ter deixado arrastar esta situação quando todo o dinheiro é pouco para o nosso município.

Quanto ao pedido de denúncia deste contrato, saber em termos imediatos ou a médio prazo, quais as implicações negativas ou positivas que daí podem advir para os parques escolares.

Pergunto ainda se não há possibilidade de renegociar o contrato com o Ministério da Educação ou se é mais importante denunciá-lo, isto é, ficar nulo, se a Câmara vai ficar prejudicada com esta situação porque dois anos e meio já lá vão e se não seria de ponderar a sua renegociação, nomeadamente com a Direcção Regional de Educação do Norte, nas actuais circunstâncias.

**Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):**

Novamente bom-dia a todos

Em Dezembro de 2008 nesta Assembleia o único deputado que questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre esta matéria foi o deputado Luís Sousa mas acabando por dizer que seria uma transferência vantajosa.

Talvez anunciando já naquela altura o descalabro e a irresponsabilidade da gestão dos dinheiros e funcionários públicos ou municipais.

Este malabarismo mexe com as pessoas, que vêem assim a sua estabilidade laboral e emocional degradada. Afinal com tantas transferências, dirão algumas, qualquer dia somos transferidos para a “rua”.

Não me admirava nada que isto fosse uma realidade a curto prazo, apareceria certamente aí uma empresa privada a realizar o trabalho educativo não docente. O nosso hospital é bem o exemplo disto que estou a dizer noutra matéria diferente mas de igual importância.

Sabemos bem o que pretendem os partidos do arco da governação: retirar direitos aos trabalhadores e torná-los em funcionários precários.

Por entender que com a Educação não se brinca, nenhuma Câmara Municipal da CDU aprovou e pôs em prática as orientações do governo nesta matéria.

A Educação deve ser pública, bem gerida e sem fins lucrativos e a desorganização notória entre poder central e autarquias nesta matéria só proporciona a maior despesa e menor produtividade.

Como nunca é tarde para voltar atrás e de alguma forma dar razão a quem disse que esta transferência seria ruínosa para as Câmaras Municipais, a CDU votará a favor neste ponto.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Tem a palavra a Sr.ª deputada Odete Ferreira.

Lembro aos Srs. deputados que o artigo 27 do nosso Regimento recomenda que no início da intervenção a expressão é “Sr. Presidente e Srs. Deputados”.

**Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):**

Muito bom dia Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Se o recado era para mim, eu já o fixei há muito tempo.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Foi para a Assembleia Sr.ª Deputada.

**Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):**

Ah! Pronto, mas é que coincidentemente foi com a minha vinda até aqui e eu, como acho que deduzo bem as coisas, encaixei a carapuça.

Ora bem! Já houve aqui intervenções, todas elas pertinentes, relativamente a esta denúncia de contrato já tomada pelo Executivo, com conhecimento à Direcção Regional de Educação do Norte, à equipa de apoio às escolas, que pelo menos a de Macedo será extinta, segundo sei, segundo sei, não, segundo se consta - saber é diferente.

Eu venho aqui recuar um pouco...as Autarquias...ou melhor, os Governos, não só o do PS, também o de coligação PDS/CDS, na altura com Durão Barroso, têm vindo a tentar desde aí que a educação passe a ser quase municipalizada.

Tem havido uma grande celeuma e a própria Associação Nacional de Municípios receava sempre que as transferências de verbas não cobrissem as despesas que esses encargos acarretariam para as autarquias. Não tem sido pacífico, e toda a gente sabe isso, mas a verdade é que houve autarquias que até se anteciparam porque quando aparece algum articulado num decreto-lei ou numa lei e depois nas suas portarias vem geralmente das chamadas boas práticas. Uns podem não considerá-las boas práticas mas é que são consideradas boas práticas pela Administração Central e aqui em concreto, pelo Ministério da Educação.

Quando começou a haver a escola a tempo inteiro, com o chamado prolongamento de horário, as AECS e por aí adiante, com o decreto de 98, de autonomia, há uma panóplia da legislação que poderia ser invocada. E pouco a pouco foi-se instalando, e a meu ver, o princípio é adequado, porque cada território é que sabe que público é que tem, que necessidades é que tem e que projecto educativo territorial e não é

um projecto educativo apenas de escola que deve estar em causa, mas sim um projecto educativo territorial. Não é por acaso que há um Conselho Municipal de Educação e supostamente deveria ser para fazer toda essa ligação, não sei se faz se não, mas cada território é que sabe dos seus problemas.

Foi nesta concepção geral de proximidade com as crianças e com os jovens que progressivamente se começou a descentralizar. Não se regionalizou mas isso é outra discussão. Há uns que entendem que Portugal é muito pequenino mas eu conheço alguns países que mesmo sem terem regionalização funcionam muito bem em termos de educação municipalizada.

Há quem receie também as cunhas «e vou falar assim». Esse receio veio da parte dos professores porque acreditam que um concurso nacional é muito mais transparente do que a contratação municipal.

Eu quis dizer que isto não veio por acaso. A passagem de competências para as autarquias tem um processo que já leva mais de uma década, é transversal a vários governos e tem muito a ver com a escola pública, tem a ver com a visão que se tem de uma governação de educação, de cima para baixo, ou de baixo para cima. Isto é, se temos que andar sempre a receber as orientações do Ministério ou se temos que ser nós, em cada território, a fazer força para que uma determinada ideia ou uma determinada linha seja conduzida.

Poderia aqui invocar muita teoria relativamente a esta matéria mas não vou fazê-lo aqui porque também não me compete. Não estamos em nenhuma acção de formação e importa é recentrar esta questão da denúncia do protocolo.

Do que nos apercebemos e isso é dito claramente pela leitura da acta e como vêem fazemos se não todo, parte do trabalho de casa. O que realmente afligiu foi a atribuição da manutenção e conservação do património da escola de 2.º e 3.º ciclos, mas concretamente, atendendo a que a escola secundária, apesar de ter 3.º ciclo, é considerada escola secundária, englobada na requalificação do parque escolar da escola secundária de Mirandela e lamento que ainda nem tenha começado porque a Escola Secundária de Mirandela já está prometida, pelo menos há um ano que se fala nisso.

No que existe receio porque a Câmara não tem esse dinheiro, é a revitalização ou obras na Escola EB 2, 3, Luciano Cordeiro e na Torre. Eu não sei o que é que ultimamente porque não estou em exercício de funções de gestão e não sei o que é que tem havido, se tem sido pacífico ou não, a questão de quem é que faz as obras mas penso que a não ser a questão da entrada na Escola Luciano Cordeiro mas decorrente de um acontecimento bastante triste para nós. Penso que quem tem continuado a executar as obras, tem sido a própria escola, através da transferência de verbas da Direcção Regional mas se estou errada gostaria também de estar informada porque não temos essa informação.

Suponho eu que mesmo a Câmara denunciando o contrato vai manter toda a componente de apoio à família, no pré-escolar e as refeições. A questão dos transportes que já tem décadas. Não é nada de novo e acho que nunca houve grandes problemas com os transportes. A Câmara e as escolas têm sido boas gestoras nos desdobramentos, passa a haver apenas um desdobramento, que é à sexta-feira. À quarta-feira, este ano, nenhuma escola tem aulas da parte de tarde e os alunos das aldeias «que já não são tantos quanto isso» vão para casa.

Também há aqui algo que é bastante incompreensível. Então já não há a construção do Centro Escolar?

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Sr.ª deputada, tem um minuto.

**Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):**

É uma interrogação. Não havendo, o que é preciso salvaguardar são as crianças e os jovens do nosso concelho e as suas famílias, sobretudo no que diz respeito aos subsídios.

Haveria mais algumas coisas, mas como eu gosto de cumprir, se tenho apenas mais um minuto, acho que o tenho esgotado e se for necessário virei outra vez.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Tem a palavra o Sr. deputado Paulo Pinto.

**Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD):**

Renovo os cumprimentos, Sr. Presidente da Assembleia, cumprimento amigo, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Presidentes de Junta.

Em nome da bancada do PSD, dirigia-me em primeira instância ao deputado Pedro Fonseca, pela sua segunda intervenção no ponto anterior, a respeito do empréstimo do BEI, para percebermos todos em que circunstâncias é que a Câmara Municipal anda a exercer as suas políticas, obras pagas em 2/3 e que obras cabimentadas a fundos comunitários, por quem de competência, sem quaisquer transferências feitas ainda para a Câmara Municipal.

Isto acontece também um bocadinho na área da educação e se a denúncia aqui apresentada não foi feita mais cedo, foi também a pensar nas pessoas, para não serem consideradas joguetes de instituições, que pelos vistos todas elas estão com dificuldades.

As questões da educação marcam cada vez mais a actividade política das autarquias.

No pleno reforço e qualificação do poder local, os sucessivos governos têm vindo a transferir para os municípios, cada vez mais competências nesta área.

Os sucessivos governos consideraram a educação como factor insubstituível de democracia e de desenvolvimento. Nas suas opções políticas, foi visível nos seus programas, a adopção de práticas com avanços claros e sustentados na organização e gestão de recursos educativos, na qualidade das aprendizagens e na oferta de diferentes currículos de escolaridade, a todos os cidadãos e perfis de formação.

Considerando como positiva a experiência desenvolvida pelos municípios no âmbito do sistema educativo, dando como exemplo de sucesso a implantação da educação pré-escolar, foi reconhecido existirem condições para o lançamento de nova geração de políticas locais e políticas sociais de proximidade, que iriam revolucionar a qualidade da educação.

A implementação de novas políticas, implicou a descentralização de competências para os municípios.

Assim, foi produzido importante suporte legislativo.

Numa primeira fase, os municípios foram obrigados a criar Conselhos Municipais de Educação e respectivas Cartas Educativas.

Mais tarde, numa segunda fase foi publicado o decreto-lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, que transferiu efectivamente as competências para os municípios, na área de gestão de recursos humanos e equipamentos.

As competências são tão vastas, que os municípios passaram a decidir sobre:

- O pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar;
- Componente de apoio à família;
- Actividades de enriquecimento curriculares, no 1.º ciclo do ensino básico;
- Acção social escolar, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;
- Passaram a decidir nos transportes escolares relativamente ao 3.º ciclo do ensino básico. Estas competências eram devidamente acompanhadas de transferências de recursos financeiros para o Fundo Social Municipal.

A Câmara Municipal, tendo na educação uma das suas principais bandeiras de acção política, à semelhança de outros municípios, viram com oportunidade, a implementação destas medidas.

Se bem se lembram, Srs. membros da Assembleia, a seguir, tendo por base as Cartas Educativas, procedeu-se à redução do número de escolas, com o fecho de estabelecimentos de ensino com menos de 20 alunos, que obrigou ao reordenamento da rede escolar neste concelho.

Procedeu-se à constituição dos agrupamentos verticais de escolas. Em Mirandela foram constituídos dois agrupamentos verticais.

Nesta fase do processo, o Governo encontra a nível nacional, grande resistência na implementação destas medidas. A Ministra da Educação viu-se obrigada a ir para o terreno e teve que negociar com as Câmaras Municipais.

Os protocolos que estabelecia eram anunciados na Comunicação Social, com toda a pompa e circunstância, a fim de reforçar a força das suas políticas. É nesta fase de grande convulsão política que a Câmara Municipal negociou o protocolo em causa.

Procurando uma clara oportunidade política a favor da educação para Mirandela, o Sr. Presidente da Câmara conseguiu que o pessoal administrativo afecto à educação da Câmara Municipal passasse a ser igualmente participado pelo Ministério da Educação e também a construção de um novo Centro Escolar para Mirandela, adiando o encerramento de escolas no Centro, enquanto o Centro não estivesse completamente edificado.

Acontece que, volvidos apenas cerca de três anos, a Câmara Municipal veio denunciar o contrato estabelecido com o Ministério da Educação.

A documentação apresentada é clara, nos itens do protocolo que estão em incumprimento:

-Encargos com a ADSE dos funcionários, que até à data não foi transferida qualquer verba;

-Encargos resultantes das progressões obrigatórias dos funcionários;

-Transferência de cerca de 40.000 Euros anuais, valor negociado para a manutenção e apetrechamento das instalações;

Os dados apresentados parecem-nos claros, não temos muita coisa a clarificar, até porque o Sr. Presidente, no final da discussão deste ponto, explicará melhor tudo o que tem a ver com o assunto em causa.

Se o protocolo não é cumprido nas alíneas anunciadas, que seja denunciado, pelo que ficamos a aguardar o resultado das negociações finais.

Sobre a análise feita pelos vereadores da oposição, respeitamos os argumentos apresentados. Registamos o facto de não se sentirem lesados em causa própria, como se as políticas de educação apenas digam respeito ao Sr. Presidente da Câmara e o facto de o Estado não cumprir com os compromissos que assina não ser coisa relevante.



Aliás, resumir actos e factos políticos na área da educação a postos de trabalho e emprego, parece-nos redundante, como se não fosse legítimo qualquer município assim proceder. Sobre outro partido, à data da área governativa do Governo, tomou como acto ofensivo este pedido de denúncia. Escreveu que “agora com o novo Governo, a educação é que vai correr bem”. Nada mais errado. Defendemos que as instituições, independentemente das tendências políticas, no pleno respeito de quem as elege, devem assumir as suas responsabilidades nas funções que desempenham, colocando ética política na sua governação.

Contudo, constatamos com agrado, que o Município de Mirandela não foi politicamente acusado de não cumprir as políticas educativas a que se comprometeu.

Por não estarem em causa princípios e objectivos que sustentaram o estabelecimento deste protocolo, estamos certos que este diferendo, não político, mas sim administrativo, entre o Ministério da Educação e o Município de Mirandela, será resolvido a bem da preocupação comum que é a educação.

Porém, existe uma preocupação maior, ao nível da educação, que tem a ver com a sua sustentabilidade. A sustentabilidade das contas da autarquia pela rubrica, comparativamente com outras a par da acção governativa.

Verificámos no último relatório e contas os gastos que a Câmara Municipal tem na educação, que representam gastos na ordem dos 30% no orçamento global do município.

Os gastos visam suportar:

- Despesas com pessoal não docente das escolas básicas de educação pré-escolar;
- Gastos com o pessoal não docente, agora transferidos nos 2.º e 3.º ciclos.
- Custos com os transportes, agora transferidos ao nível do 3.º ciclo.
- Encargos com a educação pré-escolar, da rede pública, nomeadamente no apoio à família, com refeições e apoio ao prolongamento de horário, como aquisição de material didáctico e pedagógico.
- Gastos com actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo. Estamos a falar da escola a tempo inteiro, como o ensino do inglês, actividade física e desportiva e ensino da música, etc. É evidente que estas transferências são devidamente comparticipadas pelo Estado.

O problema está nos atrasos das comparticipações e rubricas não comparticipadas a 100%, como por exemplo os transportes, com gastos na ordem dos dois milhões de Euros, somente pagos um milhão e seiscentos mil Euros, fora de prazo e que cria problemas acrescidos na gestão da Câmara Municipal, além de uma agenda própria que a Câmara Municipal desenvolve, como o Dia da Criança, o transporte de viaturas de funcionários para socorrer pequenas manutenções, os computadores e os tinteiros das suas impressoras.

A educação tem nos seus quadros cerca de 220 funcionários, onde também já se verificam atrasos.

Portanto, coloca-se cada vez mais o problema da sustentabilidade do sector da educação da Câmara Municipal. Como se não bastasse, o município, por ordem do Orçamento de Estado de 2011 passou a ser titular do direito de propriedade dos prédios afectos às escolas que se encontram sob a sua gestão municipal, no caso da escola E/B 2, 3, Luciano Cordeiro, edifício com cerca de 28 anos de uso e que está a precisar de intervenção urgente, ao nível da sua reabilitação que vem onerar ainda mais as contas no sector da educação. Esta decisão foi feita sem negociação prévia, não estava prevista no protocolo e que choca no reordenamento da rede escolar, dos equipamentos e sua funcionalidade.

Quando a Associação Nacional de Municípios chamou a atenção do Governo, antes da aprovação do Orçamento de Estado de 2011, o quanto era injusta tecnicamente tal decisão e pouco ético no relacionamento entre as diferentes esferas e níveis de poder.

A palavra sustentabilidade traduz-se no equilíbrio económico, social e político das medidas tomadas.

Os problemas do Governo, do Estado Central, ou da Câmara Municipal, diz respeito a todos, faz tudo parte da causa pública.

O problema da sustentabilidade do sector da educação do município é uma questão que tem que ser olhada por todos de forma muito séria.

A sustentabilidade necessária, assume particular importância, tendo em conta o contexto político e social que o país atravessa.

A Câmara Municipal vai encontrar um novo titular da pasta. Personalidade de invejável currículo, mas que vai ter a tarefa difícil de dirigir o Ministério da Educação para os próximos quatro anos.

Por imposição da Troika, terá que cortar no orçamento da educação já no ano de 2012, cerca de cento e noventa e cinco milhões de Euros e quase outro tanto em 2013, numa altura em que se alarga o ensino obrigatório para os 18 anos.

É neste contexto político que a Câmara Municipal terá que negociar com o Ministério da Educação.

Haja arte e engenho por parte dos nossos governantes, na resolução dos problemas do país e em particular o da educação, tendo em conta a importância que assume na escolaridade das nossas populações, sendo o último recurso disponível junto dos mais pobres, de os transformar em ricos.

Os membros da Assembleia Municipal da bancada do PSD votarão favoravelmente este pedido de denúncia.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Tem a palavra o Sr. deputado Baltazar Aguiar.

**Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):**

Sr. Presidente e Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Correndo o risco que depois a informação do Sr. Presidente tenha que clarificar isto mas corro-o com agrado porque é a prova de facto que se calhar valeria a pena pensarmos, como disse no ponto anterior, que alguns destes pontos da ordem de trabalho, valia a pena terem uma introdução prévia por parte do Executivo da Câmara à Assembleia e então as coisas tornavam-se mais claras. Portanto, é com agrado que corro o risco daquilo que vou dizer.

Duas notas sobre esta questão.

A primeira delas é dizer, como já o disse a Professora Odete, que nós somos pela municipalização do ensino, ou seja, que o ensino tenha e reflecta as especificidades do concelho, num concelho onde a indústria metalúrgica é predominante não se vai da agricultura ou ao contrário.

Por estas e outras razões e até por aspectos sociais, nós somos pela municipalização do ensino, se bem que a sua aplicação deve ser graduada.

A segunda questão e a segunda nota têm a ver que me admira com o traquejo político da Câmara, admira-me com o traquejo político de quem compõe a Câmara, que não tivessem previsto que a seguir viriam os edifícios. Isto tem a ver com aquilo que eu venho dizendo da falta de visão estratégica deste executivo, que olha para o imediato, para aquilo que no imediato lhes pode trazer e esquecem-se muitas vezes de levantar a cabeça, olhar um pouco para o alto e olhar longe.

Essa é a crítica que eu tenho vindo a fazer da falta de estratégia porque o que acontece é que agora vêm os edifícios e não há dinheiro. Basicamente é isto.

Neste processo, e esta é a última nota, temos alguma preocupação e aqui talvez a informação que o Sr. Presidente tenha para nos dar nos venha sossegar é o que é que acontece ao pessoal não docente, com este processo de denúncia, ou seja, onde é que eles ficam? Agora estão na Câmara e depois onde é que eles ficam? E numa situação como a que se vive hoje, é preocupante esta questão social, porque denuncia-se, depois não são da Câmara, não são do Ministério da Educação e as pessoas ficam um pouco no ar.

Por não estar claro o que acontecerá neste processo de denúncia, nós ir-nos-emos abster.

**Deputado Municipal Rui Sá (PSD):**

Não era minha intenção intervir sobre este ponto, vou fazê-lo, tenho obrigação de o fazer, sou Presidente desta Associação de Pais que está aqui a ser discutida e não vou referir-me a pontos que já foram aqui muito bem defendidos pelo companheiro que me antecedeu Paulo Pinto e o Sr. Presidente irá também falar das razões que são sobejamente conhecidas de todos, sobre esta denúncia do contrato.

Contudo, quero referir aqui algumas coisas e para que haja um contrato tem que haver duas partes, um que quer vender e outro que quer comprar. E se o vendedor não quiser enganar o comprador, vende-lhe uma coisa boa e diz-lhe os defeitos que tem, se estiver de boa fé. Se estiver de má fé, vende-lhe o carro usado com alguns defeitos que parece que foi o que aconteceu no caso deste contrato.

Preocupa-me bastante, como Presidente da Associação de Pais, a situação dos alunos. Parece-me o timing certo para a denúncia do contrato, o início do ano 2012 como prazo e parece-me haver tempo suficiente para com o novo Sr. Ministro negociar aquilo que interessa para o ensino no concelho de Mirandela.

Falou-se aqui também da outra escola, o liceu, sendo legítimas as obras para a mesma, há muito tempo que se espera por elas. Sabe-se que outras escolas parecidas sofreram intervenções semelhantes à que a de Mirandela esperamos bem, venha a sofrer e que são depois de construídas autênticos elefantes brancos, pelo menos em termos de despesas. E é legítimo que se questione se é este o caminho. Já ouvi alguém com responsabilidade no concelho dizer, que se calhar com aquele dinheiro fazia-se uma infraestrutura para todos os níveis de ensino no concelho.

É o timing certo para pôr as mãos em cima da mesa e vamos lá, negoceie-se de uma vez por todas a favor do melhor ensino no concelho de Mirandela. É isto, que eu como representante dos pais aqui digo.

**Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):**

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Muitas coisas já foram aqui ditas pelos meus companheiros de bancada, mas eu, como responsável pela bancada, também tenho que dizer algumas coisas sobre o que foi dito aqui.

À Sr.ª deputada Fernanda quero-lhe dizer o seguinte: sabe porque deitou a pastilha fora? É que a pastilha estava estragada ou tinha droga e há que a deitar fora porque senão morre também.

À Sr.ª deputada Odete Ferreira quero-lhe dizer que concordei com algumas coisas que disse na sua intervenção mas não vale a pena lavar os governos PS, são 16 anos. Desses 16 anos estiveram lá 14. Não me venha com a conversa que houve um Governo de coligação PSD/CDS, não vale a pena lavar...olhe que o algodão não engana...não vale a pena.

Há outra coisa, que é preciso ver o seguinte:

Quando se negocia entre duas entidades e ainda para mais o Estado, quer a Câmara, quer o próprio Ministério, parte-se do princípio que se está a negociar de boa fé.

Quem é que aqui falhou? O governo PS falhou nas transferências, ou seja, «falando portuguesmente» “caloteiro”.

Depois diz-se: negociou-se porque se quis. Não é verdade porque se não se negociasse eles impunham, como impuseram no Orçamento Geral do Estado de 2011, transferir para as autarquias as escolas que estavam sob o domínio de gestão municipal.

Isto faz-me lembrar uma história de um indivíduo que tinha umas vacas e o rendeiro é que tratava delas. Enquanto lhe deu lucro, ele aproveitou. Quando não teve lucro quis fazer uma boa acção, estava-lhe a dar prejuízo e deu as vacas ao rendeiro. É aquilo que este Governo fez. Deu às Câmaras Municipais edifícios – eu nem digo edifícios, digo ruínas, obsoletos – com uma estrutura que já não tem ponta por onde se pegue, quer em águas, quer em esgotos, quer em salas, quer em tudo.

E uma coisa que aqui foi dita por um companheiro. É uma vergonha! Fala-se, eu não sei se é verdade o valor, mas fala-se que vão gastar 14 milhões de Euros a renovar uma escola secundária.

Por acaso o Governo estabeleceu algum contacto com a Câmara Municipal, verem o problema e com esse dinheiro criarem um parque para o 2.º, 3.º ciclos e secundário, é que fazem-se aí elefantes grandes, fazem-se aí maravilhas e algumas são da Mota-Engil, não quero acusar ninguém.

Gastam-se 25 milhões numa escola que só tem 800 alunos.

Faz-se em Paços de Ferreira uma escola maravilhosa que só tem uma janela, que está cheia de aparelhos de ar condicionado e agora os professores queixam-se que estão na fritadeira porque não há dinheiro para pagar a luz. É isto que fez o seu Governo.

Há outra coisa em que talvez ninguém reparou. Vocês repararam que a reunião foi feita no dia 06 de Junho, após as eleições? O Executivo em permanência já sabia que ia ter um Governo PSD e teve a coragem de vetar esta denúncia de contrato, não se submeteu aos interesses dum Governo, apesar de ser do seu partido. Colocou primeiro os interesses do seu concelho. Talvez outras Câmaras não tiveram a coragem que esta teve. É de louvar.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Não há mais inscrições, a palavra ao Sr. Presidente, por favor.

**Presidente da Câmara Municipal:**

Muito obrigado Sr. Presidente.

Facilitaram-me a vida já que toda a gente inventou política educativa aqui. Já a trataram também da forma que entenderam e eu não vou falar sobre política educativa, embora tenha aqui na justificação também essa política educativa.

Mas eu queria começar de uma forma muito simples e começo respondendo a todos sem individualizar, que eu fiquei um bocado chocado, digo, com o exemplo que deu a Professora Fernanda Cerqueira. Eu normalmente quando mastigo pastilhas elásticas, o que é raro, as minhas são sem açúcar e como são sem açúcar são sempre azedas. Normalmente não têm a parte doce para depois se deitar fora porque são azedas desde o princípio.

E quando assino um contrato também penso que as pessoas estão de boa fé e que não têm uma parte do contrato que é boa e aceita-se e têm uma parte do contrato que é má e que se deita fora.

Quando se fazem os contratos com pessoas, há as duas partes, cumprem o contrato até as condições do contrato se verificarem e os contratos fazem-se para quebrar quando as partes não cumprem aquilo que lá está. É tão simples como isso, não é nenhum drama, é um contrato. Isto não é nenhum decreto-lei do Governo mas foi um contrato que fez com as autarquias, onde dizia quais eram as obrigações de uma parte e da outra parte. Essas condições mantêm-se, os contratos mantêm-se. Se as cláusulas do contrato não se mantêm, é para denunciar o contrato. Por isso é que ele diz que é renovável ano a ano, até 30 de Junho de cada ano e tem uma comissão de acompanhamento que reúne durante o ano inteiro e verifica se as condições do contrato estão a ser cumpridas ou não. Esta Comissão de Acompanhamento tem elementos da Câmara, elementos da DREN e elementos das escolas. É exactamente isto.

E resumindo em termos simples é assim:

A Câmara assinou um contrato com o Ministério da Educação há cerca de dois anos e meio, como aí está, que diz o seguinte:

Passavam para os municípios atribuições que eram do Ministério da Educação, nomeadamente:

- a) Pessoal não docente;
- b) Gestão do parque escolar.

É exactamente isto. Tem depois lá as actividades de ensino curricular mas que são com candidatura própria, autónoma, a fundos comunitários e estão fora desta situação.

Diz o contrato que se passavam os funcionários em igualdade de circunstâncias como estavam no Ministério da Educação, com os mesmos direitos, com os mesmos deveres, com o mesmo tipo de contrato e foi isto feito.

Sobre a gestão do parque escolar dizia: passa-se a gestão das duas escolas – que as outras já eram da Câmara – da Luciano Cordeiro e da escola de Torre D. Chama, mediante o pagamento anual de 40.000 Euros, a transferir para o Município. Portanto 40.000 Euros que se transferiam para o Município para fazer a gestão corrente das pequenas reparações das duas escolas porque a propriedade desses dois estabelecimentos de ensino é do Ministério da Educação, através da Direcção Regional da Educação do Norte, que continua a fazer as obras de fundo porque era deles a propriedade.

Ninguém assinou mais nada do que isto.

Vamos agora às circunstâncias porque uns acham tão complexo perceber isto e depois eu faço-lhes a pergunta individual para ver se percebem.

Primeiro passam-se os funcionários e diz que se passam as mesmas características que eles têm no Ministério da Educação e cada vez que haja aumentos das despesas é transferido o respectivo dinheiro.

Ora, os funcionários passaram há dois anos e meio, não havia na altura 1,5 de descontos para a ADSE, que como vocês sabem foi uma medida do último ano, a que os funcionários também têm que pagar, sem ser a entidade e sem ser o Ministério e ninguém fez a actualização deste 1,5 % já o ano passado e este ano.

Segundo ponto:

As progressões que se efectuem na carreira de cada funcionário, não é só nos das escolas, é em todos que tenham progressões nas carreiras, os que tiverem, tem que corresponder a mais vencimento e esse dinheiro não é transferido pelo Ministério da Educação, é pago pela Câmara Municipal.

Dir-me-ão: mas você por essas duas coisas denunciava o contrato? Não. Se eu já pago hoje transportes que não recebo, se já pago hoje componente de apoio à família que não recebo, se já pago hoje as reparações das escolas primárias que não recebo, dos jardins-de-infância que não recebo. Um conjunto já superior a dois milhões e tal de Euros que pago sem receber, também não era por estes dois factores que eu ia denunciar o contrato com o Ministério da Educação quando eu ainda por cima sou – ai estou de acordo com o Eng.º Baltazar e com a professora Odete – um municipalista na educação.

Acho que a transferência só faz bem para a realidade de quem percebe a educação, que são os municípios e as escolas que estão no local.

Eu sou adepto dessa transferência com verbas suficientes para fazer a respectiva manutenção e consolidação, senão não vale a pena.

Então o que fez o Presidente da Câmara propor a denúncia este ano e não nos outros anos?

É muito simples e quem leu a informação vê.

Eu não admito que se há um contrato entre duas partes uma delas, no Orçamento Geral do Estado para 2011, faça constar na fundamentação inicial sem ser discutido na Assembleia da República, nem com as Câmaras, nem com ninguém, faz uma proposta de lei que diz: com este Orçamento Geral do Estado para 2011, passasse-se a propriedade das duas escolas em causa “Luciano Cordeiro e Torre D. Chama” para os municípios.

Então esta gente que vem aqui dizer que a Câmara é tão perdulária, quando faz um contrato que daí pode deduzir em vir menos dinheiro para o município, que diz que não é diligente nem rigorosa quando faz certas coisas e tem uma componente social, às vezes, que pretende proteger, vai deixar que passem duas escolas, que num estudo por alto dos técnicos da Câmara, custam para pôr em condições de funcionalidade mais de 2 milhões de Euros. Porque uma delas está completamente degradada desde as infra-estruturas até à estrutura, até ao telhado que já tem problemas enormes até de saúde pública.

Então a Câmara aceita sem mais nem menos, sem ninguém discutir com ninguém, que o Orçamento Geral do Estado passe por proposta de lei como fundamentação, estes edifícios para a sua responsabilidade, sabendo que à partida vai logo ter mais de dois milhões de Euros para fazer estas reparações, se quiser pôr uma escola em condições.

Quer dizer... das duas três: ou estamos todos equivocados ou isto não cabe na cabeça de ninguém.

Como isto não está no contrato, como é feito à revelia das próprias autarquias, como não é discutido na Assembleia da República, porque faz parte integrante da explicação da Lei do Orçamento Geral do Estado, que podem consultar, só havia uma coisa a fazer aos Presidentes de Câmara, e não foi só este, que tinham assinado este contrato que é denunciar o respectivo contrato consoante a lei previa, que era de ano a ano, até 30 de Junho.

Perguntar-me-ão, mais quais são as consequências?

Em primeiro lugar, que consequências só podem ser depois do Ministério da Educação aceitar ou não essa denúncia, porque a denúncia não é unilateral, tem que ser aceite pela outra parte. Claro que não há razões para o Ministério da Educação vir dizer que não porque ele não está a cumprir esse contrato.

Segundo, só depois de o Ministério da Educação aceitar é que o contrato é denunciado.

E se for denunciado, o que acontece é exactamente o que estava quando ele passou para o município, isto é: se quando foi entregue ao município, feito o contrato, os funcionários passaram para o município e a gestão do parque escolar também para o município, se a denúncia do contrato for aceite, é evidente que ao Ministério da Educação, nas mesmas condições, que os funcionários são os mesmos, terá o quadro dos seus funcionários que já tinha e das respectivas instalações.

Nada mais do que isto, sem qualquer drama.

Dizem: mas isto podia ser previsível?

Ó meus amigos, quando eu assino contratos, há boa fé, um contrato pressupõe uma boa fé, se ele não for feito na base da boa fé, é por isto quebrado.

Quando se querem transferir as tais instalações, faz-se um decreto-lei e uma lei e aceita-se, agora um contrato não. Um contrato é direito privado, neste caso entre duas instituições públicas, que pode ser denunciado a qualquer altura.

Eu pergunto individualmente a cada membro, antes de votarem, o seguinte:

Imaginem que qualquer um de vós fazia um contrato com uma pessoa amiga em que essa pessoa ficava a tomar conta da vossa casa, que era vossa e vocês davam-lhe 40.000 Euros por mês, 4.000 ou 2.000 para manter a casa. Mas esse Sr. sem vos consultar, passava-vos a responsabilidade da casa quando ela está a cair e a responsabilidade de a fazer era vossa. Quem é que não denunciava o contrato? Quem é que o ia assinar aqui, se fosse individual, quem?

É nesta posição que se devem colocar quando forem votar esta proposta. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Obrigado também.

Estamos agora em condições de votar.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

**Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:**

O resultado da votação do ponto 4.3, foi o seguinte:

Votos contra, 0

Abstenções, 11

Votos a favor, 44

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 55 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 44 votos a favor e 11 abstenções, aprovar a proposta de denúncia a produzir efeitos a 01 de Janeiro de 2012 do Contrato de Execução no âmbito da Transferência de Competências para os Municípios em Matéria de Educação outorgado entre o Ministério da Educação e o Município de Mirandela em 16 de Setembro de 2008.”**

**PONTO 5 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Vamos continuar, Ponto 5, Outros Assuntos de Interesse para o Município.

Srs. deputados, quem se quer inscrever? Mais alguma inscrição, Srs. deputados, temos quatro inscrições. Tem a palavra o Sr. deputado Pedro Fonseca.

**Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):**

Mais uma vez bom dia Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. deputados.

Eu tenho aqui uma questão que tem a ver com Urbanismo.

Na rua dos Artistas Mirandenses os passeios adquiriram uma forma no mínimo peculiar, eu diria que se assemelham muito às bossas de um camelo.

Gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara de quem é a responsabilidade daquela autêntica obra de arte contemporânea, que se esqueceu que por ali passam diariamente peões muitos dos quais idosos com dificuldades de locomoção.

Em frente ao parque da Ribeira de Carvalhais foi ali iniciada uma obra que parou aparentemente sem que ninguém saiba porquê. Queria pedir informação ao Sr. Presidente da Câmara acerca do assunto, o que é aquilo e porque parou?

Agora um assunto relativo ao ambiente.

Nas Latadas/Frechas existe uma unidade de extracção de óleo a Mirabaga - Indústria e Comércio Alimentar S.A. As populações de São Salvador e Frechas e mesmo de alguns bairros em Mirandela têm vindo a queixar-se de maus cheiros e de nebulosidade que advêm daquela unidade.

Está a empresa em questão licenciada cumprindo a legislação em vigor?

**Deputado Municipal Miguel Ângelo, (PS):**

Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Recebi no meu endereço electrónico particular, umas dezenas de mensagens, que criticavam basicamente a Câmara por uma postura municipal que proibia a alimentação de animais na rua.

Achei estranho ser receptor dessas mensagens. Foram umas quantas dezenas delas e resolvi responder a toda a gente, pedindo esclarecimentos adicionais, o que me causou algum trabalho e me roubou algum tempo mas que me permitiu deduzir que aquelas mensagens me eram enviadas, porque tinha sido identificado o meu endereço no site da Câmara.

Pareceu-me das conversas que tive que as pessoas que escreviam não sabiam do que é que estavam a falar e estavam pura e simplesmente ou militantemente a reproduzir uma mensagem que tinha sido colocada num site numa rede social, por um cavalheiro de Bragança, que admito, terá por força de uma iniciativa da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira «salvo o erro», que o recibo da água fazia juntar um folheto a pedir à população que não alimentasse os animais na rua e também por força de uma iniciativa da Câmara do Porto que anunciava idêntico propósito no site da Câmara do Porto.

Dizia eu, que admito, por força dessas iniciativas, alguém tenha andado a pesquisar os sites dos Municípios da Trás-os-Montes, ou todos, e tenha descoberto esta decisão do executivo de 2006 que proíbe e pune com coima a alimentação de animais na rua.

Consegui perceber que é um cavalheiro de Bragança chamado Maurício Pereira, com quem troquei algumas mensagens e consegui perceber que de facto não havia sustentação nenhuma para a iniciativa. Admito que por força da correspondência que trocámos, muitos de vós na Assembleia Municipal tenham sido também receptores dessa mesma mensagem, que como foi colocada, numa das redes sociais, não honra Mirandela, difama a cidade e os seus habitantes e dá uma imagem negativa do concelho.

Foi essa a mensagem que transmiti às pessoas que me escreveram e às quais pedi esclarecimentos adicionais, caso se tivesse enganado, mas esse não foi o caso.

Face a estas circunstâncias, eu gostaria de colocar aqui, quatro ou cinco questões.

Houve da parte da Câmara a mesma recepção de mensagens?

O Executivo teve conhecimento desta situação?

Sabe que o nome de Mirandela está a ser mal tratado numa rede social, na Internet?

E se esse é o caso, foi tomada alguma iniciativa pelo Executivo, no sentido de clarificar a situação e pedir até a reposição dessa imagem? Não tendo sido feito isto, tenciona a Câmara clarificar a situação neste próximo futuro e pedir responsabilidades a quem tomou esta iniciativa?

Eu, pela minha parte, fi-lo com a autoridade que assumi enquanto deputado municipal, mas gostava de saber se o Executivo pretende fazê-lo também.

De qualquer forma, há questões que conviria neste momento esclarecer e que pedem que o Executivo dê uma explicação relativamente a duas questões. Uma é em relação à política que o Município segue relativamente ao controle de animais errantes, isto é, tem a Câmara alguma iniciativa mais pro-activa, ou limita-se a cumprir aquilo que está legislado?

Sabe a Câmara de algum abrigo para animais errantes em Mirandela? Gostaria de saber se patrocina, subsidia ou ajuda financeiramente esse abrigo e se esse abrigo se encontra devidamente licenciado.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Muito obrigado também.

Antes de dar a palavra ao Sr. deputado Fernando Alves, quero informar esta Assembleia, que em relação ao assunto que o Sr. deputado Miguel Ângelo aqui trouxe agora mesmo, também eu recebi no meu e-mail pessoal, mais de uma centena de textos, nem sempre muito simpáticos, nem muito ordeiros em termos de textualidade e de linguagem e que referiam e insinuavam mau procedimento desta Câmara em relação aos animais errantes, como já aqui foi dito e classificado.

Quero informar esta Assembleia e os Srs. deputados, sobre o seguinte:

Tive o cuidado de imediato, de trocar impressões com o Sr. Presidente da Câmara, impressões e informações que me tranquilizaram em relação à qualidade e à celeridade com que estes serviços de sanidade e higiene pública são efectuados.

E quero dizer também a esta Assembleia e em nome desta Assembleia que respondi a mais de uma dezena destes e-mails que me foram enviados, disponibilizando-me pessoalmente para receber as pessoas responsáveis por aqueles textos que eram enviados ao Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela para os receber pessoalmente na nossa terra, no edifício da Câmara, em hora a combinar de acordo com os interesses das pessoas que mandavam os textos e que para tanto só bastaria entrar em contacto com a Câmara Municipal de Mirandela e pelo telefone.

Devo dizer aos Srs. deputados, aos Srs. Vereadores e ao Sr. Presidente, que nem uma só resposta obtive. Portanto, em relação a este assunto, estamos de consciência tranquila. Sei que Mirandela e a sua Câmara têm feito um trabalho de acordo com as leis vigentes e com aquilo que o bom senso e a respeitabilidade por estes simpáticos animais nos impõem a todos, que somos gente educada e civilizada.

O Sr. deputado Fernando Alves tem a palavra.

**Deputado Municipal Fernando Alves (PSD):**

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e restante Mesa, Sr. Presidente e restante Executivo, Srs. deputados, caros Municípes, Comunicação Social.

O acto eleitoral decorrido no dia 05 de Junho com o resultado verificado e conseqüente alteração do panorama político nacional, exige da nossa parte uma reflexão não só sobre o acto em si, mas também dos seus actores e das motivações que levaram os eleitores a darem ao PSD a vitória.

No nosso concelho o resultado deste partido foi próximo dos 54%, uma estrondosa maioria que em muito contribuiu para o número alcançado no círculo eleitoral distrital de Bragança, que passou assim a receber a designação pela comunicação social de “Passistão”.

Não devemos sobrevalorizar as vitórias ou desvalorizar as derrotas, assim como também não devemos fazer o oposto.

A vitória do PSD no concelho de Mirandela e no distrito, não foi somente fruto da conjuntura política nacional, deveu-se também em grande parte à acção dos seus agentes políticos e militantes deste concelho e região, cujo responsável máximo distrital é o Presidente da nossa Câmara Municipal, Presidente José Silvano.

O PSD soube trabalhar e construir uma equipa de grande capacidade que soube ouvir e falar com grande humildade, numa fabulosa campanha assente na lógica da proximidade.

A população Mirandense reviu-se neste partido e seus agentes, nas suas políticas e na forma determinada como as defendeu.

Na sua força de vontade e espírito de missão, achou então por bem dar-lhe o seu apoio, permitindo uma clara subida relativamente ao acto eleitoral de 2009, ao contrário dos outros partidos que registaram descidas após estes dois anos.

Enquanto candidato e Mirandense, devo dizer que registo este facto com orgulho e estou certo que o mandatário Eng.º António Branco partilha deste sentimento.

Fica a garantia que todos aqueles que com responsabilidades neste partido e que trabalharam para a sua vitória, terão sempre como prioridade a defesa dos interesses do concelho e das suas gentes.

A solidariedade partidária será sempre refém dos desejos e anseios do concelho, distrito e região e nunca o posto.

Queria aproveitar a oportunidade para dizer neste âmbito ao deputado Eng.º Baltazar, que as considerações que teceu relativamente ao PSD e à sua bancada, que passo a citar o que disse “*Esta gente vota toda a favor*” e depois acrescentando “*sem estarem informados*”.

Devo dizer que são declarações injustas, uma vez que este grupo do PSD é constituído por pessoas responsáveis e é um grupo no qual existe democracia e pluralidade.

Também dizer ao Dr. Miguel que compreendo as palavras que aqui dirigiu, mas ao mesmo tempo devo dizer que no campo da elevação, então foi um recado para dar mas também para receber.

Continuando, trabalharemos com consciência do difícil panorama nacional, mas ainda mais conscientes das perpétuas dificuldades que a nossa região vem enfrentando e necessita mais do que nunca do nosso espírito crítico e sentido de justiça apurados.

Uma nova atitude para vencer grandes desafios, a necessidade de devolver credibilidade à política e a todas as acções derivadas assim o exigem.

A postura firme, a assunção clara e determinada de compromissos com os cidadãos, a abertura à sociedade civil e a nomeação governamental de personalidades dentro de uma lógica mais técnica e menos politizada, definem uma nova tónica democrática que deverá constituir a solução que almejamos e o país necessita.

O novo Governo tem dois desafios fundamentais: regenerar o presente e antecipar o futuro. O passado, tal como em outras situações, deverá somente constituir um auxiliar de aprendizagem. Que a democracia portuguesa possa dar a resposta pretendida e ultrapassar esta fase extremamente difícil que vivemos.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Está a pedir a palavra, não é Sr. deputado?  
Para que efeito?

**Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):**

Eu não quis interromper durante a intervenção do deputado por uma questão de elevação.

Esta intervenção tinha caído muito bem no Período Antes da Ordem do Dia. Estamos a tratar de Outros Assuntos para o Concelho e não me parece que esta intervenção caiba neste espaço.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Srs. deputados, de facto este esclarecimento prestado pelo Sr. deputado Miguel. A própria mesa tinha detectado e iríamos dar uma informação lateral para termos algum cuidado e obedecermos ao aspecto regimental, que é sempre importante.

Estamos no Período dos «Outros Assuntos de Interesse para Município» e o tema apresentado é sempre subjectivo à interpretação mas julgo que a maioria aqui pende para um desvio do que aqui o regimento impõe e pede.

Vou dar a palavra ao Sr. deputado Carlos Fraga, Outros Assuntos de Interesse para Município.

**Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Porque eu estou na terra e ainda não estou no céu, mas quero para lá caminhar um dia...

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Ó Sr. deputado, olhe que o José Saramago ontem à noite dizia que já não há céu, sabe...

**Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):**

Mas eu acredito no céu, Sr. Presidente e o Sr. também e a maioria de nós também, por isso quero ganhá-lo cá na terra e é preciso melhorar as coisas cá na terra, há quês e porquês que é preciso limar, com diplomacia, com cordialidade.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Se o céu trazer benefícios a Mirandela, faz favor de continuar Sr. deputado...

**Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):**

É isso que vou fazer Sr. Presidente.

Eu queria aproveitar para deixar aqui um alerta e ao mesmo tempo questionar quanto ao parque de estacionamento subterrâneo da Praça do Mercado.

Há queixas nomeadamente das pessoas que estão a explorar os comércios na Praça do Mercado em como aquele espaço não está devidamente aproveitado.

Fala-se em falta de segurança, de luminosidade, fala-se num espaço próprio do qual deviam ser detentores, mediante determinadas condições, as pessoas que têm viaturas e que ali dia a dia desenvolvem a sua actividade comercial.

Parece que já alguns ofícios foram enviados à Câmara porque a Câmara também solicitou àqueles que pretendessem mas as respostas, até hoje, nada.

Efectivamente é uma preocupação e eu gostava que o Sr. Presidente da Câmara me pudesse responder sobre o assunto.

E uma coisa que eu constatei "in loco" é que aquele espaço de estacionamento subterrâneo parece quase uma cave de armazenamento de veículos em fim de vida porque vejo lá veículos estacionados não sei há quantos dias ou há quantos meses, cheios de pó, velhos ou para a sucata. Eu pergunto o que é que estão ali a fazer e quem é responsável por esta situação.

Depois, a época estival que estamos a atravessar, um calor de sufocar como sabem e falta a água nos fontanários históricos e públicos da cidade. O Sr. Presidente disse em determinada ocasião que havia um protocolo da Câmara com os Serviços Municipalizados de água, no sentido de mensalmente serem fornecidos xis m3 de água e isso não tem acontecido. Eu pergunto se isso se mantém, se há esse protocolo e se houver é para honrar e se assim é, questiono o porquê de os fontanários continuarem sem qualquer pingão de água, com tão elevadas temperaturas.

Penso que isto não dignifica a cidade e até quem nos visita.

Queria ainda fazer aqui uma referência ao Clube mais nobre, que eu assim o considero e que este concelho tem, que é o Sport Clube de Mirandela.

Sagrou-se na época 2010/2011 campeão de futebol sénior, na Terceira Divisão Nacional, série A, estamos por isso na Segunda Divisão Nacional.

Mirandela está de parabéns pelo digno embaixador do desporto em Mirandela, por excelência, que é no caso em apreço o Sport Clube de Mirandela, embora com todo o respeito pelos restantes.

Neste sentido e apesar das contingências financeiras que vivemos, que haja por parte de todos e por parte de quem de direito um redobrar de esforços e responsabilidades para que o Sport Clube de Mirandela se possa manter na Segunda Divisão Nacional, de futuro.

Dizer ainda que o Sport Clube de Mirandela tem também, entre outros feitos, esta grande capacidade "realço" de ter nas suas escolas de formação cerca de 200 jovens nasça em talentos, aqui se fazem homenzinhos que caminharão para homens, no bom sentido da nossa sociedade e isto nas escolas do Sport Clube de Mirandela.

Colhem-se lições de tenra idade, como aconteceu por exemplo com os escalões dos juvenis, que se sagraram campeões distritais da Associação de Futebol de Bragança. Por conseguinte, também eles vão representar Mirandela neste escalão, no próximo campeonato nacional.

Em conclusão, minhas senhoras e meus senhores, temos juventude no bom caminho, todavia, não temos escola física dentro das quatro linhas, com o mínimo de dignidade, para acompanhar a formação que estes jovens merecem.



Sendo o Sr. Presidente da Câmara um associado por excelência do Clube, o que muito nos honra, pergunto Sr. Presidente, nesta minha e naturalmente sua preocupação, que condições, ou que espaço físico real poderemos proporcionar às camadas jovens, às camadas de formação do Sport Clube de Mirandela do futuro.

Por último e outro ponto que penso que é também de interesse para o município. Refiro-me à Confraria de Nossa Senhora do Amparo e esta observação pelo positiva, das iniciativas e muito trabalho árduo desenvolvido em prol do maior acontecimento festivo regional e até com cariz nacional, que honra Mirandela e a sua padroeira Nossa Senhora do Amparo, pelo que lanço aqui e agora o repto a todos os Srs. deputados municipais e dentro das suas possibilidades económicas para que colaborem com um donativo financeiro e também, já agora, porque não dizê-lo, a todos aqueles que ainda não são confrades, também esse repto de se proporem confrades porque estão ainda a tempo “ainda não somos muitos confrades”, mas com a adesão de mais poderemos ser muitos e sendo muitos poderemos fazer ainda melhor.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Muito obrigado também. Sr. Presidente...

**Presidente da Câmara Municipal:**

A responder ao Pedro Fonseca, dizendo-lhe que a responsabilidade dos passeios da Rua dos Artistas Mirandenses é da Câmara Municipal e não pode ser de mais ninguém. Se reparar, nós estamos a fazer pela cidade toda uma série de intervenções, principalmente em passeios em vários bairros, quando chegar a vez desse, far-se-á a intervenção respectiva.

Em relação ao edifício que vê abandonado, eu agora perdoo-o, porque não estive desde o início nesta Assembleia Municipal, estava se calhar o outro membro da Assembleia, porque eu anunciei nesta Assembleia Municipal a suspensão da obra da Ecoteca que decorria nesse espaço e disse que a Câmara assumia o encargo político de essa obra ficar suspensa. Disse isto e mantenho.

Sobre a Mirabaga, a única coisa que lhe posso dizer é que está licenciada e cumpre a legislação em vigor, segundo o relatório do Ministério do Ambiente.

Ao Miguel Ângelo, dizer-lhe que é verdade que toda a gente recebeu, o Presidente da Câmara mais do que os outros, não eram centenas, eram milhares de reclamações dessas, que se devem a uma questão empolada, já explicou, mas que nós em boa hora tomámos e eu digo em boa hora e continuo a dizer, que era tentar acabar com essa situação de em toda a esquina e em todo o sítio haver restos de comida para que os cães pudessem ir ali, com as consequências que isso traz.

Depois, funcionou em grupo, eu tive essa informação das trocas de comunicação que fui fazendo, devido naquela altura ter sido criado o partido dos animais, que concorria às eleições e que ainda teve uma percentagem bastante significativa, em que eles usavam as duas ou três situações para poderem entupir todos os e-mails existentes e sensibilizar para essa problemática. Foi o que me ficou de algumas conversas com alguns dos elementos.

Neste momento penso que a situação também está resolvida, porque nós decidimos também não retirar nem pôr à consideração desta Câmara e da Assembleia a alteração da postura existente, porque era complicado estar a fazê-lo e agora acho que essa fase já passou.

Quanto à política de controle de animais, ela tem alguns efeitos mas ainda não é aquela que todos desejaríamos. Não é porque as condições de um dos abrigos ainda não são suficientes para manter toda essa higienização, embora ela exista por parte da veterinária municipal num protocolo assinado mas ainda não é a sua totalidade porque as obras decorrem aos poucos consoante as possibilidades financeiras da Câmara e o subsídio a essa entidade – outra coisa que perguntavam – não está a ser dado porque ainda não nos foi entregue a constituição legal da associação.

Já passaram os prazos da sua constituição, ficaram de nos entregar a nova acta da eleição dos órgãos porque até lá não podemos continuar a subsidiar essa associação.

À questão do Carlos Fraga, dizer-lhe, que a Praça do Mercado e o seu parque de estacionamento subterrâneo já se encontram em concurso público, juntamente com todas as outras ruas deliberadas na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, sobre o taxamento do estacionamento em Mirandela. Rapidamente estará em funcionamento com esta proposta que o concurso vai decidir.

Sobre a falta de água, existe um protocolo assinado e que teve um relatório intercalar bastante negativo do último ano e por isso é que ainda não resolvemos implementá-lo este ano, porque as pessoas depois abusam, nomeadamente em alguns deles, não em todos e o desperdício da água foi bastante em relação ao que estava estipulado.

Vamos ver se rapidamente reúno com os Serviços Municipalizados, a ver se a partir de 01 de Julho se pode pôr nesta fase transitória e esperamos que não haja abusos porque água também é um bem escasso e que não pode ser desperdiçada.

Do Sport Clube de Mirandela, hoje não lhe direi mais do que disse no 10 de Junho. Estamos a negociar uma proposta com o Sport Clube de Mirandela para o financiamento do próximo ano que permita estar dignamente na segunda divisão que inclui a outra componente de infra-estruturas desportivas.

À Confraria de Nossa Senhora do Amparo, acho que toda a gente deve ajudar, é um pedido que eu corroboro e como a minha casa fica em frente, sou testemunha de que este apelo, feito nomeadamente pela Confraria e pelo juiz das festas a toda a cidade, tem dado o seu resultado, que tenho visto lá muito mais gente a participar do que via nos anos anteriores.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Muito obrigado Sr. Presidente.

O Pedro Fonseca está a pedir a palavra? Para que efeito?

Faz favor, pede um esclarecimento à Mesa.

**Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):**

Peço desculpa Sr. Presidente.

O Sr. Presidente da Câmara terá percebido mal quando eu lhe perguntei acerca dos passeios da Rua dos Artistas Mirandenses. Estou-me a referir ao resultado final de uma obra que se realizou há poucos dias.

O formato dos passeios é que ficou ondulado, como eu acabei de dizer, com a forma das bossas de um camelo, o resultado final da obra ficou assim. As pessoas que têm que se movimentar por aquele passeio não têm condições para o fazer.

**Presidente da Câmara Municipal:**

Eu só quero dizer que se há essa questão concreta do edifício que lá foi construído, está em contestação e em contencioso, para poder ser resolvida pelo proprietário.

**PONTO 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO**

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Algum Sr. Município que esteja presente quer usar da palavra neste 2.º Período de Intervenção que o Regimento prevê? Não?

Então sendo assim, damos por encerrada esta sessão e bom almoço para todos.

Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes pelo que foi deliberado aprovar a mesma.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram 13 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

Mirandela, 27 de Junho de 2011

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---

**DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO**

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO**

---

**DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES**

**O SEGUNDO SECRETÁRIO**

---

**DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO**